



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 130

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 7 DE OUTUBRO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Em 9 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis, e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 10 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Veto presidencial:

Ao Projeto de Lei nº 18, de 1967, na Câmara e nº 7, de 1967, no Senado (Lei Complementar), que regula a execução do disposto no art. 16, parágrafo 2.º da Constituição (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Materia a que se refere
1	único	Totalidade do Projeto

SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1967 (CN) de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos, e dá outras providências.

ATA DA 150ª SESSÃO, EM
6 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa ordinária,
da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO, CATTETE PINHEIRO E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Oscar Passos
Flávio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Cattete Pinheiro
Moura Pinha
Menezes Pimentel
Duarte Filho
João Cleofas
Jose Ermirio
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindemberg
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Marcello de Alencar
Aurelio Vianna
Gilberto Marinho
Benedito Valladares
José Feliciano
Fernando Corrêa
Filinto Muller
Bezerra Neto
Guilgo Mondin — (25) —

E:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Senhores Senadores. Havendo nú-

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Gilberto Marinho, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 1967

Torna sem efeito a nomeação de Lourival Machado Resende e Angela Barbosa, candidatos habilitados em concurso público, para o cargo de Auxiliar-Legislativo.

Artigo único — Fica sem efeito a nomeação — feita de acordo com o artigo 85, alínea c, item 2, da Resolução nº 2, de 1959 e através do Projeto de Resolução nº 48, de 1967 — de Lourival Machado Resende e Angela Barbosa, candidatos habilitados em concurso público, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar-Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, em virtude do decurso do prazo legal.

Senado Federal, em 6 de outubro de 1967. — Gilberto Marinho, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

mero regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE RESPOSTAS A REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral:

Nº 424-67 — Aviso de 29 de setembro de 1967 — com referência ao Requerimento nº 637-67, do Sr. Senador Desiré Guarani.

II — Do Ministro da Saúde (Aviso de 2 do mês em curso):

Nº 944-GB-67 — Com referência ao Requerimento nº 752-67, do Sr. Senador Raul Giuberti.

III — Do Ministro da Aeronáutica — (Aviso de 5 do mês em curso):

Nº 036-GM4-06-B — Com referência ao Requerimento nº 574-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

OFÍCIOS DO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Nº 317-67 — Comunicando que tão logo estejam concluídas as informações solicitadas no Requerimento de Informações nº 674-67, do Sr. Senador Desiré Guarani, serão as mesmas remetidas à Primeira Secretaria do Senado Federal.

Nº 316-67 — Comunicando que tão logo estejam concluídas as informa-

ções nº 726-67, do Sr. Senador Lino de Mattos, serão as mesmas remetidas à Primeira Secretaria do Senado Federal.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comunicação de pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposições à sanção.

Nº 3.339, de 4 do mês em curso — com referência à rejeição das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 2.808-D-65 na Câmara e nº 2-63, no Senado, que dá a denominação de Via Prestes Maia a BR-101, do Plano Rodoviário Nacional. — Projeto enviado à sanção em 4 de outubro de 1967.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 23, DE 1967

Em 5 de outubro de 1967

DIVERSOS ASSUNTOS

Do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, Belém, PA, comunicando a instalação de sua nova sede naquela capital:

Do Prefeito Municipal de Vila Velha, ES, comunicando a inclusão do Estado do Espírito Santo na área da SUDENE;

Da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, congratulando-se com o Congresso pela recente aprovação do projeto de lei que regulamenta a remuneração dos vereadores nas Capitais dos Estados e nas cidades com mais de cem mil habitantes;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Rio de Janeiro, GB, enviando subsídios aos estudos referentes à aposentadoria dos aeronautas;

Do Sindicato dos Empregados no Comércio de Araraquara, SP, manifestando-se contrário ao projeto de lei que proíbe a reeleição de líderes sindicais;

Do Prefeito Municipal de Jaboticabal, SP, fazendo apelo no sentido da aprovação do projeto que dispõe sobre a criação do serviço nacional de bibliotecas municipais;

Da Câmara Municipal de Piteirão Preto, SP, manifestando integral apoio ao projeto para oficialização do jogo do bicho, com a entrega de 10% de sua renda líquida à LBA.

Do Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, PR, fazendo apelo no sentido de que a estrada do Café, ligando asfalto do Paraná, passe por São José, PR, continuando até Fazenda Primavera e Nova Andradina, beneficiando intensa região produtora;

Do Prefeito Municipal de Marneleiro, PR, manifestando-se contrário à criação do Fundo Estadual de participação dos municípios;

Da Câmara Municipal de Cancaas, RS, fazendo apelo no sentido de que seja diminuído o imposto incidente sobre tratores e máquinas agrícolas;

Do Diretor Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS, enviando relatório das atividades daquele Banco durante o exercício de 1966.

OFÍCIOS

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senador, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 1967

Altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item III do parágrafo único do art. 163 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

III — contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista;

Art. 2º É acrescentado ao art. 180 do Código Penal o seguinte parágrafo:

§ 4º No caso dos bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista adquiridos dolosamente: Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos do maior vigente no País.

Art. 3º É acrescentado ao art. 235 do Código Penal o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 1967

Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A criação de município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos

estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único. O Processo de criação de município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I — População estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II — Eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III — Centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV — Arrecadação, no último exercício de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

§ 1º Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município ou município de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta Lei.

§ 2º Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou de nº II pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e o de nº IV, pelo órgão fazendário estadual.

§ 3º As Assembleias Legislativas dos Estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 1º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3º As Assembleias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de município.

Parágrafo único. A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resoluções expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os seguintes preceitos:

I — Residência do votante, há mais de 1 (um) ano, na área a ser desmembrada;

II — cédula oficial, que conterá as palavras "SIM" ou "NÃO", indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do município.

Art. 4º — Para a criação de município que resulte de fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios, com a extinção destes, é dispensada a verificação dos requisitos do art. 2º.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o plebiscito consistirá na consulta às populações interessadas sobre sua concordância com a fusão e a sede do novo município.

Art. 5º Somente será admitida a elaboração de lei que crie município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria absoluta dos eleitores.

§ 1º Os municípios somente serão instalados com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea com a daqueles municípios já existentes, observado o disposto no art. 16, § 1º, da Constituição.

§ 2º A exigência deste artigo se estende ao caso de fusão de municípios.

Art. 6º A criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 7º Não se inclui nas exigências desta Lei a criação de municípios nos territórios federais.

Art. 8º A lei que criar o novo município definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 1967

(Nº 44-C-67, NA CÂMARA)

Transfere um cargo da Série de Classes de Técnico de Administração, nível 22-C, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil para o Ministério da Fazenda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica transferido um cargo da Série de Classes de Técnico de Administração, nível 22-C, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 1967

(Nº 119-C-63, NA CÂMARA)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.083, de 12 de julho de 1962, e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), sendo até NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, da Justiça do Trabalho, e até NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, da Justiça do Trabalho, para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei e da Lei nº 4.083, de 12 de julho de 1962, no corrente exercício

Art. 2º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2ª Região, para lotação Junta criada pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, os cargos e as funções constantes da Tabela "A" anexa.

Art. 4º Os vencimentos dos cargos e das funções referidas nesta Lei são os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações constantes das Leis nºs. 3.512, de 19 de janeiro de 1959, e 3.780, de 12 de junho de 1960.

Art. 5º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 4ª Regiões promoverão a instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento, respectivamente, de Juiz e Juiz, criadas pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, bem como as outras medidas decorrentes desta e daquela Lei.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A

2ª Região da Justiça do Trabalho

1 — Um Juiz Presidente de Juízo

1 — Um Juiz Presidente de Juízo

— Substituto;

2 — Duas funções de Vogais representantes dos empregados e dos empregadores, respectivamente;

2 — Duas funções de Suplentes Vogal representantes dos empregados e empregadores, respectivamente;

1 — Porteiro de Auditório, sim

— PJ-9"

TABELA B

4ª Região da Justiça do Trabalho

1 — Um Juiz Presidente de Juízo

1 — Um Suplente de Juiz Presidente de Juízo;

2 — Duas funções de Vogais representantes dos empregados e dos empregadores, respectivamente;

2 — Duas funções de Suplentes Vogal representantes dos empregados e empregadores, respectivamente;

1 — Porteiro de Auditório, sim

— PJ-9"

As Comissões de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 1967

(Nº 2.543-B-67, NA CÂMARA)

Institui a Semana da Comunidade

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída em todo o território nacional a Semana da Comunidade.

Parágrafo único. A Semana da Comunidade será comemorada anualmente por todos os Municípios e início em data magna da cidade declarada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º Os Governos Estaduais, dentro de suas possibilidades, prestarão toda a colaboração possível às Prefeituras Municipais visando maior brilho das comemorações.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 1967

(Nº 222-B-67, NA CÂMARA)

Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de saneamento sanitário do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 2º do Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967.

de 1967, que dispõe sobre medi-
ca de segurança sanitária do País.
Art. 2º A presente Lei entra em
vigor na data de sua publicação.
A Comissão de Saúde

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 1967

(Nº 423-C-67, NA CÂMARA)

Altera a relação nominal a que se
refere o art. 2º da Lei nº 1.564, de
1º de março de 1952, que altera, sem
aumento de despesa, as carreiras
de Marinheiro e Patrão do Quadro
Suplementar do Ministério da Fa-
zenda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído na relação
nominal a que se refere o art. 2º da
Lei nº 1.564, de 1º de março de 1952,
altera, sem aumento de despesa,
carreiras de Marinheiro e Patrão
do Quadro Suplementar do Minis-
tério da Fazenda, o nome de Inocência
dos Santos, ocupante do cargo
Classe "F" da carreira de Mari-
nheiro, do Quadro Suplementar do
mesmo Ministério.

Art. 2º A vigência desta Lei será
de 5 de março de 1967.

Art. 3º Revogam-se as disposições
contrárias.

A Comissão de Serviço Público
Cível.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 1967

(Nº 55-B-67, NA CÂMARA)

Altera os dispositivos da Lei nº 4.215, de
27 de abril de 1963, que dispõe so-
bre o Estatuto da Ordem dos Ad-
vogados do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos das in-
capacidades previstas no artigo
VI da Lei nº 4.215, de 27
de abril de 1963, que dispõe sobre o
Estatuto da Ordem dos Advogados do
Brasil, as atividades, cargos e funções
de qualquer serviço da
Ordem, do Distrito Federal, dos Es-
tados, Territórios e Municípios, bem
como autarquias, entidades paraes-
ta-tais, sociedades de economia mista e
empresas administradas pelo Poder
Público.

Art. 2º Esta Lei entrará em vi-
gência trinta dias após sua publi-
cação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
contrárias.

As Comissões de Constituição e
Justiça e de Serviço Público Cí-
vil.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1967

Altera o provimento a recurso do Tri-
bunal de Contas da União, a fim
de ser mantida a pensão a Gilda
Gonçalves Rosa e outras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denegado provimento
ao recurso do Tribunal de Contas da
União, interposto pelo Ofício nº 424
de 1967, a fim de ser mantida a pen-
são a Gilda Gonçalves Rosa e outras,
sendo-se definitivo o ato pratica-
do em 24 de fevereiro de 1967, de
acordo com a autorização concedida
pelo Presidente da República, em des-
pacho exarado na Exposição de Mo-
tivos nº 44, de 24 de fevereiro de
1967, do Senhor Ministro do Exército.

Art. 2º Este Decreto Legislativo
entra em vigor na data de sua publi-
cação.

As Comissões de Constituição e
Justiça e de Finanças

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Con-
tas contrária a termo aditivo de
contrato celebrado entre o Governo
Federal e os Irmãos Gaioso e Al-
meida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida decisão do
Tribunal de Contas, de 26 de outu-
bro de 1964, impugnatória de termo
aditivo de contrato celebrado entre
o Governo Federal e os Irmãos Gaioso
e Almeida, em 10 de agosto de
1952, e, em consequência, sustada a
execução de quaisquer atos decorren-
tes do aludido termo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo
entra em vigor na data de sua publi-
cação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
em contrário.

As Comissões de Constituição e
Justiça e de Finanças

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tri-
bunal de Contas da União para o
fim de tornar definitivo o ato pra-
ticado em 5 de julho de 1966, rela-
tivamente à despesa de
NCR\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e
vinte e sete cruzeiros novos e trinta
e dois centavos), para pagamento
à Valmet do Brasil S. A. — In-
dústria e Comércio de Tratores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denegado provimento
a recurso do Tribunal de Contas da
União, interposto no processo 24.736
de 1966, para o fim de tornar defi-
nitivo o ato praticado em 5 de julho
de 1966, de acordo com autorização
concedida pelo Presidente da Repú-
blica, exarada na Exposição de Mo-
tivos nº 343, de 21 de novembro de
1966, do Ministro da Agricultura, re-
lativamente à despesa de
NCR\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e
vinte e sete cruzeiros novos e trinta
e dois centavos), para pagamento
à Valmet do Brasil S. A. — Indústria
e Comércio de Tratores, proveniente
de material fornecido à Superinten-
dência do Ensino Agrícola e Veteri-
nário.

Art. 2º Este Decreto Legislativo
entra em vigor na data de sua publi-
cação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
em contrário.

As Comissões de Constituição e
Justiça e de Finanças

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tri-
bunal de Contas, a fim de ser man-
tida a reforma do Cabo Arnóbio
Fernandes de Andrade Moraes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denegado provimento
ao recurso do Tribunal de Contas in-
terposto pelo Ofício nº 235-65, a fim
de ser mantida a reforma do Cabo
Arnóbio Fernandes de Andrade Mo-
raes, tornando-se definitivo o ato pra-
ticado em 14 de dezembro de 1965,
de acordo com a autorização concedida
pelo Presidente da República, em
despacho exarado na Exposição de

Motivos nº 020-DF, de 8 de setembro
de 1965, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo
entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

As Comissões de Constituição e
Justiça e de Finanças
Pareceres:

PARECER

Nº 666, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Jus-
tiça, sobre o Ofício nº 15-P-21C, de
2-8-67 do Presidente do Supremo
Tribunal Federal, encaminhando
cópia autenticada do acórdão pro-
ferido nos autos do Recurso Extra-
ordinário nº 55.939, do Estado de
Minas Gerais, que declarou a in-
constitucionalidade da Lei nº 2.580,
de 28 de dezembro de 1961.

Relator: Senador Bezerra Neto

O Presidente do Supremo Tribunal
Federal, para os fins previstos no ar-
tigo 45, IV, da Constituição Federal,
encaminha cópia autêntica do acór-
dão proferido pelo Supremo Tribunal
Federal nos autos do Recurso Ex-
traordinário nº 55.939, do Estado de
Minas Gerais, em sessão plena de 13
de novembro de 1966, que declarou a
inconstitucionalidade da Lei estadual
nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961,
em que o Legislativo mineiro se atri-
bui a execução orçamentária na
parte relativa às subvenções resul-
tantes de propostas de deputados.

O ofício faz acompanhar-se de có-
pia autêntica das notas taquigráficas
e respectivo acórdão de julgamento,
com a comunicação, ainda, que o ci-
tado acórdão foi publicado no Diário
da Justiça de 7 de junho de 1967.

A vista do exposto, e considerando
o que preceitua o art. 45, IV, da
Constituição do Brasil, oferecemos à
deliberação do plenário o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79, DE 1967

Suspende a execução da Lei Estadual
nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961
— Minas Gerais — julgada incons-
titucional pelo Supremo Tribunal
Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da
Lei nº 2.580, de 28 de dezembro de
1961, do Estado de Minas Gerais, de-
clarada inconstitucional pelo Supre-
mo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em
vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de outubro
de 1967. — Milton Campos, Presiden-
te. — Bezerra Neto, Relator. — An-
tônio Balbino — Aloysio de Carvalho
— Carlos Lindenberg — Ruy Pal-
meira.

PARECER

Nº 667, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Jus-
tiça sobre o Projeto de Lei da Câ-
mara nº 287, de 1966 (Projeto de
Lei nº 3.386-B-65 — Câmara) que
isenta dos impostos de importação
e de consumo materiais destinados
à fabricação de café solúvel a se-
rem importados pela firma "Café
Solúvel Vigor Ltda."

Relator: Senador Antônio Balbino

1. Depois de haver sido aprovado
na Câmara dos Deputados, onde teve
origem sob número 3.386, em 1965,
e de haver merecido, quanto ao mé-
rito, parecer favorável das Comissões
de Indústria e Comércio, de Economia
e de Finanças do Senado — chega a

esta Comissão o projeto de autoria
do Deputado Dias Menezes, para que
se manifeste sobre sua constituçõ-
nalidade, a requerimento do Sr. Sena-
dor Antônio Carlos.

2. O projeto, conforme esclarece
sua emenda, "isenta dos impostos de
importação e de consumo materiais
destinados à fabricação de café solú-
vel, a serem importados pela firma
"Café Solúvel Vigor Ltda."

3. Consta do processo que isen-
ções semelhantes, uma delas resul-
tante de mensagem do Poder Execu-
tivo, foram concedidas a outras firmas
do mesmo ramo e para o mesmíssimo
objetivo, a Cia. Cacique de Café So-
lúvel e a Domimium S. A. — e que
daria ao pedido em exame todas as
características de simples desdobra-
mento por equidade, de um favor já
concedido.

4. Não nos cabe apreciar o mé-
rito desta proposição, nos termos da
competência regimental que somos
convocados a desempenhar. E apenas
por isso deixamos de fazer conside-
rações em torno da conveniência de
conceder isenções, como as que foram
concedidas a empresas de inconstan-
te rentabilidade alta, embora de evi-
dente interesse nacional que explo-
ram o café solúvel. Cumpre-nos, ain-
da, acentuar, não obstante, que, em
tais casos, mesmo quando resultantes
de iniciativa do Executivo, deve ser
de elemental cautela a preocupação
de, em projetos de tal natureza, vi-
rem à apreciação do Congresso os ele-
mentos indispensáveis à sua aprecia-
ção, para se evitar o que neste acon-
teceu, quando informações basilares,
inclusive a relação do que estava sen-
do isentado, só terem sido incluídas
por provocação do Senador Mario
Martins, em face final de análise da
proposição.

Acen-u-o, ainda, que pela informa-
ção da firma interessada no favor
fiscal, constante de carta dirigida ao
"Senador Mario Martins — Senado
Federal — Brasília — Goiás", está
evidenciado que o material para a
instalação da firma já foi todo im-
portado e que ela, até maio deste ano,
já havia exportado U.S.\$ 600.000,00
— apesar de não haver referência
sobre se houve ou não "termo de
responsabilidade", ao qual o projeto
deveria fazer referência, ou se se tra-
ta de imposto pago e a ser devolvido
depois da isenção. De resto, a carta
parece que fala mais em importação
de peças não produzidas no Brasil
para as emergências de reposição —
como sendo o principal interesse da
firma Vigor e não propriamente a
importação constante da relação, que,
admais, se apresenta como "de ins-
talação piloto completa para produ-
ção de café solúvel".

Convém esclarecer que estas obser-
vações são feitas apenas com o pro-
pósito de pedir a atenção das Co-
missões Técnicas, em ambas as Ca-
sas do Congresso, para a necessidade
de estabelecer normas ou diretrizes
do caráter geral o estabelecimento de
pressupostos indispensáveis para que
projetos de tal natureza possam ter
sua natural tramitação.

5. Feitas estas considerações, de-
vemos, porém, acentuar — e já ai-
no campo rigoroso de nossa compe-
tência regimental, para atender ao
requerimento aprovado pelo plenário
— que o projeto trata de matéria fi-
nanceira, que de outro modo não se
pode entender a iniciativa de conces-
são de favores fiscais, e, assim, con-
forme reiterado entendimento desta
Comissão, sejam quais forem os mo-
tivos ou precedentes invocados resul-
tantes de fases anteriores o artigo
60, inciso I da Constituição de 24 de
janeiro de 1967, torna manifesta-
mente inconstitucional a sua tramitação,
de vez ao Presidente da República
cabe "a competência exclusiva da ini-
ciativa" de tais leis.

E a inconstitucionalidade, vale repeti-lo, surpreende a proposição em qualquer fase em que ela se encontra. Sala da Comissão de Justiça, 4 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Antônio Balbino, Relator. — Bezerra Neto — Ruy Palmeira — Carlos Lindenberg — Antônio Carlos — Josephat Marinho.

PARECER Nº 668, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1967, que dispõe sobre os investimentos na Amazônia e no Nordeste.

Relator: Senador Bezerra Neto.

RELATÓRIO

1. Tendo como autor, o eminente Senador Desiré Guarani, a proposição submetida a nosso exame, estabelece no seu artigo primeiro, que as pessoas físicas obrigadas à apresentação da declaração de rendimentos que fizerem investimentos em projetos de interesse para o desenvolvimento da Amazônia ou do Nordeste, aprovados pela SUDAM ou pela SUDENE, gozarão de uma série de benefícios, desde que comprovem os investimentos no prazo de 360 dias da vigência da lei proposta.

2. Estes benefícios compreendem a imunidade a qualquer processo, inclusive de lançamento *ex officio*, por inexistência ou falta de declaração de rendimentos em declarações de imposto de renda exigidas em qualquer exercício anterior e à proibição de lançamentos, de qualquer espécie, para cobrança de imposto de renda ou de adicionais sobre esses bens ou rendimentos relativamente a exercícios anteriores.

Para as mesmas pessoas físicas o projeto estabelece que não será exigida comprovação de origem desses bens ou rendimentos, qualquer que seja sua proveniência e que não serão aplicadas penalidades de qualquer natureza, inclusive por operação ilegítima de câmbio ou por não pagamento do imposto do selo, previstos no Decreto nº 55.852, de 22 de março de 1965.

PARECER DO RELATOR

3. O relatório como que transcreveu literalmente a série de medidas de isenção fiscal, de anistia tributária e até de anistia penal, desde que as pessoas físicas obrigadas a declarações de rendimentos façam investimentos nas áreas protegidas pelas leis da SUDAM e da SUDENE.

A evidência está vista que são medidas financeiras as que propõe o projeto. Mas elas vão além: anistiar, absolveriam, todos os que tendo processos sonegatórios em andamento, inclusive operação ilegítima de câmbio, investissem nos Estados servidos por aqueles organismos. O projeto, uma vez acolhido, carrearía mais argumentos aos que já estão se queixando da existência de dois Brasis, o Brasil da SUDAM e o Brasil da SUDENE, e o Brasil que ficou de fora delas.

4. Os incentivos propostos constituem essencialmente matéria fiscal, tributária, financeira, a atribuições privativas do Poder Executivo, quanto à elaboração legislativa, nos termos do art. 60, nº I, da Constituição de 15 de março. Opinamos pela rejeição do projeto por ser inconstitucional.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, conhecendo do parecer do Relator, opina pela inconstitucionalidade do Projeto.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Ruy Palmeira. — Aluísio de Carvalho. — Antônio Balbino. — Carlos Lindenberg, vencido quanto à forma de apresentação do parecer.

PARECER

Nº 669, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1967, que dispõe sobre os incentivos fiscais pelas pescas físicas.

Relator: Senador Bezerra Neto.

RELATÓRIO

1. O ilustrado Senador Desiré Guarani elaborou o presente projeto, no propósito de estabelecer normas para o desconto de vinte por cento do imposto de renda devido na fonte sobre salários, desde que as pessoas físicas a ele sujeitas, antequem ditas Percentagem como incentivos fiscais.

2. Para tal, nas letras a, b, c e d, e nos itens I, II e III, do art. 1º, são expostas estas normas. Não há necessidade de transcrevê-las, ou resumí-las, pois são todas elas matéria fiscal-financeira, e que é exonerado o projeto mestre o autor da proposição.

PARECER DO RELATOR

3. Face ao aspecto nitidamente financeiro do Projeto, e dada a contensão que impôs ao Congresso Nacional, a Constituição do Brasil, artigo 60, nº I, que nos veda a iniciativa, em âmbito como este, sermos pela rejeição, dada a inconstitucionalidade.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, conhecendo o parecer do Relator, opina pela inconstitucionalidade do Projeto.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Ruy Palmeira. — Aluísio de Carvalho. — Antônio Balbino. — Carlos Lindenberg, vencido quanto à forma de apresentação do parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 857, DE 1967

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa, na forma regimental, a publicação para que conste dos anais da Casa, da conferência pronunciada em 21.9.1967 no 1º Seminário do Desenvolvimento Nacional, do Instituto de Engenharia de São Paulo, pelo Ministro Albuquerque Lima, da Pasta do Interior, e na qual foram abordados aspectos da região Nordeste e da problemática Amazônica.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1967. — Senador Desiré Guarani.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 846-67, do Sr. Senador Raul Giuberti aos Srs. Ministros da Saúde e de Educação e Cultura;

Nº 847-67, do Sr. Senador Flavio Brito ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio;

Nº 849-67, do Sr. Senador Araújo Steinbruch ao Sr. Ministro da Fazenda;

Nº 852-67, do Sr. Senador Desiré Guarani ao Sr. Ministro do Interior;

Nº 853-67, do Sr. Senador Teófilo Vilela ao Sr. Ministro das Comunicações.

Nº 854-67, do Sr. Senador Lino de Mattos ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Marcello de Alencar. (Pausa)

Sr. Ex.º não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Desiré Guarani.

O SR. DESEGUARANI

Sr. Presidente e Srs. Senadores, segunda-feira referi-me aqui ao Primeiro Encontro dos Priados que seria instalado em Manaus, dia 4, e no qual a Igreja tomava posição para o estudo da problemática amazônica, na capital da Amazônia Ocidental. E me referi ao fato de comparecer aquele encontro Dom Helder Câmara, que inaugurando o conclave proclamou, em Manaus: "A Amazônia será rica e nossa".

Esta afirmação encerra um profundo patriotismo, e grande otimismo, porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, conhecemos o malogro de tantas medidas legislativas já anunciadas em favor da Amazônia, e que não vai apenas a dívida do atual Governo, mas que constitui um débito da nacionalidade brasileira, uma vez que ele se tem repetido quaisquer que sejam os Governos.

Neste no pronunciamento não vai uma crítica contundente ao Governo atual nem ao interior, mas sim uma crítica a toda a problemática de contenda existente na economia e civilização brasileiras, que, até o momento, não se apercebeu da necessidade absoluta de tomar consciência real dos problemas da Amazônia.

O Exmo. Sr. Ministro do Exército, há poucos dias, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, disse o seguinte:

"A Amazônia, onde o Governo cria a infra-estrutura de ocupação efetiva para o desenvolvimento, programa que requer a crescente presença do Exército, em efetivos, em realizações de base, em ação social e em empreendimentos de pioneirismo, para o esforço comum que agora planeja, com as Forças Armadas e os demais organismos do Governo, o Ministério do Interior, sob a dinâmica e esclarecida orientação do General Afonso de Albuquerque Lima".

No entanto, o Exmo. Sr. Ministro Albuquerque Lima, há poucos dias, em Manaus, declarou o seguinte:

"Se a conquista da unidade territorial, em outros tempos, obtinha-se pelo hábil e adestrado manuseio das armas, a integração nacional far-se-á transfigurando-se o ânimo antigo em lutas e combates incruentes, travados com habilidade diferente e armas renovadas, para as quais se impõe novo tipo e nova feição de adestramento. A integração nacional, que hoje não mais reclama os meios e modos adotados pelos que construíram o milagre de nossa unidade territorial e política, somente será atingida se aprendermos e conseguirmos realizar o desenvolvimento integral do País como síntese do progresso econômico, social e cultural de todo o povo brasileiro".

Sr. Presidente e Srs. Senadores, há poucos dias referi nesta Casa, artigo publicado no "O Jornal", de Manaus, de autoria de antigo seringueiro, velho opositor de nossa agremiação política no Amazonas, o ex-deputado estadual José Veiga, revolucionário de primeira hora e, atualmente, Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito de Manaus, cargo de nomeação. Trata-se, portanto, da opinião de um homem de quem a revolução não pode dissentir.

O Sr. José Veiga referindo-se eloquentemente a uma unidade do Exército, o Centro de Instrução de Guerra na Selva, e tratando, nesse mesmo

artigo, da posição em que se encontra a população amazônica das fronteiras com os países vizinhos, diz, textualmente, o seguinte sobre o seringueiro:

"Lá permanece, humilde e esquecido, aguardando ainda braços desolados de novas frotas, mas sentindo que sua hora chegou e terá que abandonar o seu pólo. Desta vez, todavia, não serão mais bandidos e selvagens alienígenas os atacantes indolentes, e não sob o manto de protetor da selva, o ataque de agora e não a céu aberto, por dentro do seu próprio país, é de fechada por seus irmãos e compatriotas e tem a chance do oligoalme. Gerou-se no corpo dos gênios que progrediram e executam a nossa política econômica e financeira.

A sentença condenatória foi tornada pública em afirmativa recente do Sr. Presidente do Conselho da Amazônia S. A., delegado do Governo da União e executor do novo esquema que rege a produção e comércio da borracha. Morte à Borracha dos Serenos da Amazônia é o "ultimato" brutal e irremediável.

Este o processo sumário e simplista que se descobriu para combater com o extrativismo grávido e "diversificar a produção".

Lembra o do médico que para doer o mal, mata o doente.

Em decorrência de medida tão insensata e que bem traduz a absoluta ignorância da realidade socio-econômica da Amazônia Ocidental e terá sérias implicações com os problemas de nossa segurança e soberania, que as Forças Armadas se preparam para receber os imensos bolsões de "terras de ninguém" que lhes deixará o seringueiro e solicitar desde já, a inclusão no orçamento de recursos financeiros que bastem para decuplicar o atual número de Pelotões de Fronteira que terão de instalar nos vastos demográficos que, a semelhança do que se formou no Rio Javari, se repetirão, fatalmente, nos Rios Jurua, Purus, Madeira e seus afluentes".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente, este o quadro não retratado por nós. Ele é retratado por um Ministro de Estado que cuida da Amazônia e um velho seringueiro da região, afinado com os princípios da Revolução de abril de 1964, ocupando cargo de confiança, o de delegado da administração revolucionária.

Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os nossos protestos são amplamente válidos e não traduzem um combate, uma oposição ao atual Governo, a uma política nacional que ainda não soube interpretar a realidade amazônica nem compreender o complexo da problemática amazônica.

Refiro-me, de forma especial, ao fato de um órgão da administração pública, a Superintendência da Borracha, que tem por finalidade, segundo a lei que o criou, estimular o aumento de produtividade tanto dos seringueiros de plantação e dos seringueiros extrativistas como das fábricas de elastômeros químicos, a fim de colocar a borracha em condições de concorrência internacional.

Este é o órgão que acaba de permitir a importação de borracha da Indonésia com ampla facilidade cambial, inclusive diminuição de tributos para massacrar, mas para decuplicar os seringueiros que estão nas fronteiras ocupando a Amazônia abandonada. Em face da decisão do Governo federal, vai-se permitir que grandes indústrias produtoras de artefatos de borracha, especialmente as que são simples filiais de organizações estrangeiras, façam a importação por simples jogo de Contabilidade, esvaziando talvez estoques seus da In-

donésia e da Malásia; em face da decisão do Governo, essas organizações estão autorizadas a importar, de plano, a borracha natural, equivalente a dois meses de suas necessidades. Nenhuma delas deixou, para esses dois meses, de apresentar estimativas, ratificadas pelo órgão da borracha, para uma importação correspondendo, no mínimo, — e os navios já se estão deslocando para cá — à produção de seis meses na Amazônia.

Entretanto, se o órgão quisesse resolver realmente o problema da falta periódica de borracha, não seria das fábricas que obteria os dados uma vez que é o órgão controlador e conhece mais que ninguém, o montante da produção nacional, cuja média é de 30 mil toneladas. Se precisasse importar o correspondente ao consumo de dois meses, que importasse 5 mil toneladas e fizesse o rateio, e não pudesse as fábricas produtoras as estimativas, apresentadas sem estudos apurados, e ratificadas de plano. Toda essa orientação resulta no esvaziamento, e representa a contradição das proclamações em torno da operação salvação e integração da Amazônia à comunidade brasileira.

O Senador Edmundo Levi referiu-se, com muita justiça, há poucos dias, a toda essa legislação sobre a Amazônia como simples literatura de gabinete que não trouxe até agora, qualquer resultado positivo, concreto e que, a par dela, por simples portarias e simples decisões administrativas, na Guanabara, no Rio de Janeiro, tomam-se decisões que abalam profundamente os interesses da Amazônia.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com toda satisfação, Senador Edmundo Levi.

O Sr. Edmundo Levi — E na verdade, criminoso o ato praticado pelo Superintendente da Borracha, de permitir a importação do equivalente a dois meses de consumo das indústrias manufatureiras. Como já tive, aqui, ocasião de comentar, na sexta-feira passada, o ato se reveste de um verdadeiro atentado não só contra a região amazônica, mas contra o próprio Brasil. Além de investir contra uma atitude, cuja orientação reconhecemos deva ser substituída, ainda o suporte econômico de uma vasta área, o Superintendente pratica um ato ilegal. A lei que regula a nova política da borracha prevê a importação de borracha, mas pela Superintendência para garantir o estoque regulador, evitar a falta e manter o equilíbrio entre a procura e o consumo. Não autoriza, não dá competência para que cada empresa importe por si. A importação, de acordo com a lei, é feita, pela Superintendência, para com a revenda, obter os recursos necessários, com a diferença de preço, para a sua manutenção. É tão monstruoso o ato do Sr. Superintendente da Borracha, que enquanto permite essa importação clandestina, continua cobrando 5% da borracha nativa do País para a sua manutenção, que se mantém — repito, com a taxa de 5% incidente sobre a borracha amazônica — além de uma pequena dotação orçamentária. E o sobre seringueiro, que vive no interior da Amazônia, dá milhões às indústrias manufatureiras. Além do crime de permitir a invasão de divisas, é também um crime contra a gente dos seringueiros da Amazônia.

Sr. Superintendente ainda se arrega o direito de investir contra a lei, ratificando um ato de absoluta ilegalidade, uma vez que não pode permitir importação a não ser através do próprio órgão que pode importar para estoque regulamentar. Esta política em conseguindo o estímulo que começava a surgir naquela região em face da nova política da borracha, acabou de liberar o comércio, garantindo o

preço e a compra, quando o produtor não encontra a quem vender.

Já se notava uma diferença entre cem e cento e cinquenta cruzeiros antigos do preço base, calculado em Cr\$ 1.400,00 e alguma coisa; já a borracha estava sendo vendida a Cr\$ 1.600,00 na lei de cotação do mercado. Com este ato, procurou-se uma retração completa por parte dos compradores do Sul, e o desânimo recalcu, outra vez, sobre a população trabalhadora da Amazônia. A borracha está encostada, ninguém a procura; os produtores, pressionados pelo Banco da Amazônia, são obrigados a vender pelo que devem, fazendo o que a turma diz: jogar borracha na colina. E o que está acontecendo. De maneira que precisamos, unidos sem partidismos ou regionalismos, combater o ato criminoso do Superintendente da Borracha, que não só atenta contra a integridade da Amazônia, mas até contra a integridade nacional.

O SR. DESIRÉ GUARANI — V. Ex.^a, Sr. Edmundo Levi, como elemento da região, como filho da Amazônia e profundo conhecedor dos problemas dos seringueiros, retrata bem o resultado de uma decisão criminosa, que trará para o Amazonas e o Acre, especialmente — porque o Acre é, hoje, o maior produtor de borracha e tem o assento de toda sua economia nesta produção — todos os seus efeitos maléficos. Em vez permitindo a importação de borracha do estrangeiro, num momento em que se proclama que a balança comercial do País necessita de maior quantidade de divisas, no momento em que o Governo como que subsidia as indústrias que têm capacidade de exportar alguma insignificância de seus produtos para a praça estrangeira, concedendo todas as facilidades, no entanto, vai o Governo importar uma matéria-prima que é produzida dentro do País, matéria-prima cuja exportação, pela lei da Superintendência da Borracha, devia ser estimulada. Esse mesmo órgão, que nada faz para que a produção da borracha se desenvolva, que nada faz para advogar melhores preços internos para a borracha, ainda, permite, autoriza, como que convida a importação da borracha nativa da Indonésia, correspondente à produção de seis meses da Amazônia. E se os seringueiros ficarem fechados durante seis meses, ninguém terá capacidade financeira para resistir, permanecendo na mata, com os financiamentos a longo prazo e a altos juros. O Banco da Amazônia não dá, nega a renovação do financiamento aos seringueiros — que não podem vender sua produção porque as fábricas estão importando borracha do estrangeiro — alegando que a produção dos seringueiros não foi vendida.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com prazer.

O Sr. Marcello de Alencar — Aliás, não é bem um aparte; é mais uma indagação a V. Ex.^a, que é um expert no assunto. Gostaria de saber, para proveito da Casa, se essas importações a que V. Ex.^a se refere e está condenando são feitas sob o monopólio da Superintendência ou diretamente pelas empresas que industrializam o produto.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Fazendo minhas as palavras do nobre Senador Edmundo Levi, que ainda há pouco abordou este aspecto, esclareço que a Lei da Superintendência número 5.227 — legislação revolucionária — de janeiro deste ano, determinou que, quando houver necessidade de importar borracha, isto seja feito por intermédio da Superintendência da Borracha. No entanto, a porra-

cha a que estamos nos referindo vai ser importada, por concessão, por autorização, por benemerência da própria Superintendência da Borracha, pelas próprias firmas interessadas, Goodyear, Pirelli, Dunlop, organizações de capital estrangeiro.

O Sr. Marcelo de Alencar — São monopólios internacionais.

O SR. DESIRÉ GUARANI — ... que têm produção de borracha na Malásia e na Indonésia.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador). E mais uma doação!

O SR. DESIRÉ GUARANI — Uma verdadeira doação. O Governo, que nega aumento de salários, que adota uma política de restrições, que promete, como se fosse uma dívida, como está anunciando agora, apenas 9% de aumento para os funcionários públicos, faz uma doação correspondente a milhares de toneladas de borracha, em detrimento da segurança nacional, tão proclamada na sua problemática amazônica pelo Sr. Ministro Albuquerque Lima, ratificada pelo Sr. Ministro do Exército na Conferência que acabou de pronunciar na Escola Superior de Guerra. Todos declaram que têm interesse, que há necessidade, que é preciso ocupar a Amazônia, mas as próprias autoridades federais praticam os atos que levam ao despojoamento, à incredulidade, à perda de fé na ocupação da Amazônia.

O Sr. Edmundo Levi — Permita-me V. Ex.^a mais uma intervenção, para esclarecer um ponto da indagação do nobre Senador Marcello de Alencar. Mais ou menos a 9 de agosto, já eu prevendo o que poderia suceder, fiz um requerimento de informações, através do Ministério da Indústria e Comércio, à Superintendência da Borracha para saber qual a produção de borracha em 1966 e o consumo em 1967, 1968, as estimativas até 1970. Pois bem: a Superintendência, compreendendo que a minha finalidade, era policiar sua ação, até hoje não respondeu, não prestou as informações solicitadas, a fim de permitir essa importação clandestina.

O SR. DESIRÉ GUARANI — A Superintendência da Borracha negou-se a prestar as informações solicitadas por um Senador da Amazônia, mas garante que deu todas as informações a gerentes das grandes fábricas, para permitir a importação autorizada numa verdadeira benemerência. É uma afirmação que se pode fazer e garantir que os arquivos da Superintendência da Borracha, se examinados, vão confirmá-la ou ratificá-la.

O Sr. Edmundo Levi — Pelo menos é o que se pode deduzir de tudo isso.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Perfeitamente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o drama da borracha, com relação a seu preço, é o mesmo de todos os produtos da indústria extrativa e da agricultura, que é um dos maiores produtores de borracha do mundo. E não é específico do Brasil. Ainda há poucos dias, o Ministro da Fazenda da Malásia — como delegado do seu país ao Fundo Monetário Internacional, declarou, em discurso pronunciado naquele conclave o seguinte:

“Entre 1960 e 1966, o valor unitário da borracha natural exportada pela Malásia, nosso mais importante produto de exportação, caiu cerca de 38%, indo de 35 centavos de dólar por libra peso para 21 centavos de dólar. Assim, o preço caiu 15 centavos de dólar, o mais baixo preço em 18 anos”.

Enquanto o Ministro da Fazenda da Malásia defende, numa organização internacional, melhor preço para a borracha nativa, aqui no Brasil o órgão encarregado de defender e estimular a produção dessa matéria-prima, alegando não sei que razões, autoriza a importação de borracha do estrangeiro, da Malásia e da Indonésia. Devemos dar nossos parabéns ao Ministro da Fazenda da Malásia, porque, pelo menos aqui ele foi bem sucedido; o Brasil está importando borracha da Malásia. Merece ser louvada a sua atitude. Sua proclamação encontrou eco, inclusive nas autoridades brasileiras que autorizaram a importação de borracha da Malásia, em detrimento, em profundo prejuízo do Acre e do Amazonas de forma especial.

Em nossas proclamações em defesa da Amazônia, não temos escondido que somos, realmente, uma região subdesenvolvida. Há quem assim não considere. O nobre Senador Paulo Sarasate disse que não admite qualificar de região subdesenvolvida o Norte e o Nordeste. Mas somos, realmente, subdesenvolvidos econômica, financeira e culturalmente.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com muita satisfação.

O Sr. José Ermirio — Países subdesenvolvidos são os que têm baixa renda per capita. Nós temos uma renda per capita de 300 dólares e os Estados Unidos de 1.550 dólares. O que somos, então?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Menos que subdesenvolvidos.

A região amazônica, especialmente o Acre e o Amazonas, além do couro de animais selvagens, tem sua economia baseada na produção de borracha. O Amazonas já evoluiu um pouco mais, pois assenta sua economia também na produção da juta, ficando a borracha em segundo lugar. Mas a região amazônica foi profundamente ferida com essa importação de borracha autorizada para o funcionamento das principais e maiores fábricas de produtos de borracha, do Sul do País.

O Sr. José Guimard — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com toda satisfação, Senador José Guimard.

O Sr. José Guimard — A importação a que se refere V. Ex.^a tem por motivo a falta de produção nos nossos Estados ou é feita só pelo gosto de importar?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Gostaria que a Superintendência informasse, para responder à indagação de V. Ex.^a, que é nossa e de toda a Amazônia. O que sabemos é que não tem havido estímulo à produção de borracha. O próprio Presidente do Banco da Amazônia, há poucos dias, em Belém, proclamou que uma das metas da sua administração era estratificar a produção dos seringueiros, e através de críticas profundas do nobre Senador Edmundo Levi feitas aqui e que o trouxeram a Brasília, para, dar explicação sobre o assunto, dizendo que o que disse não foi o que disse mas o que proclamou no encerramento do Congresso dos Municípios, em Belém, é que uma das metas do Banco era congelar a produção nos seringueiros.

O resultado aí está. E isto não é a atitude do atual Presidente do Banco; pois há alguns anos atrás foi o Presidente do Banco da Amazônia, em 1955, se não me engano, quem propôs a instalação de fábricas de borracha sintética no País. Quem deveria ser o principal defensor da borracha nativa, fez a proposta que

as indústrias do sul receberam de breços abertos.

O Sr. José Guimard — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — O espírito da nova política da borracha, pelo que pude entender, consistiria não na estratificação da produção da borracha, mas numa diversificação da economia dos nossos Estados. E nesta parte, V. Ex.^a mesmo, há de convir que não seria um mal ficar-se na dependência de muitos produtos, mais ríquos, e não apenas de um produto só. Mas daí a estratificação vai uma distância muito grande. O problema da borracha sintética, das fábricas, V. Ex.^a há de reconhecer também que não seria possível impedirmos que se fizessem fábricas da borracha no Amazonas, em Pernambuco ou até no Estado do Rio, dada a economia liberal que possuímos. De maneira que a solução talvez não fosse esta, e sim aquela exorcismo da moda: gradualizar essa diversificação.

O SR. DESIRE GUARANI — Mas o absurdo, Senador José Guimard, não é que se tenham instalado fábricas de borracha sintética no País; o absurdo é que o Presidente do Banco da Amazônia, o órgão que tem a incumbência específica de estimular a produção da borracha, tenha dirigido ao Presidente da República um expediente suplicando a instalação de fábrica de borracha sintética no País.

É o caso agora da Superintendência da Borracha, que tem entre suas atribuições estimular a produção da borracha nativa até levá-la à exportação. No entanto não faz isso. O que faz é permitir a indústrias de transformação importar borracha do estrangeiro.

O Sr. Marcello de Alencar — O Governo, dentro da tese do Sr. Senador José Guimard, vai acabar importando café para diversificar os nossos produtos e desenvolver as regiões.

O SR. DESIRE GUARANI — Além disso, a borracha é o único produto brasileiro que suporta o frete vindo dos altos rios, nas fronteiras do Brasil com os países circunvizinhos. Não se vai fazer diversificação plantando feijão, arroz e batata, porque esses produtos não prendem o produtor nas fronteiras do Brasil, ocupando aquela região, o que só a borracha permitiu e continua permitindo.

O Sr. José Guimard — Na última viagem que fiz ao meu Estado verifiquei, com grande satisfação, que algo se está fazendo em benefício da plantação da borracha, embora tardiamente. Isso já devia ter começado, como V. Ex.^a sabe, há dezmas de anos. Mas existem seringais-pilotos encravados nos grandes seringaais, nas grandes glazas amazônicas ou acreanas, a espera de um desenvolvimento e de um processo...

O SR. DESIRE GUARANI — A espera de um financiamento.

O Sr. José Guimard — Como sabe V. Ex.^a, este problema não é milagre, é difícil. Uma seringa de plantação leva 7 a 10 anos.

O SR. DESIRE GUARANI — Mas nunca se fez nada para plantar borracha na Amazônia...

O Sr. José Guimard — Mas se está fazendo.

O SR. DESIRE GUARANI — ... e o Banco da Borracha existe desde 1942. Enquanto o ciclo mínimo da produção da borracha é de 7 a 8 anos, o Banco da Borracha só permitia financiamento da produção pelo prazo máximo de 5 anos. Não queria que a borracha fosse produzida.

O Sr. José Guimard — Não é o Banco da Borracha, é um convênio do Instituto Agrônomo do Norte e da SUDAM.

O SR. DESIRE GUARANI — Atualmente, com a evolução, nobre Senador, a problemática foi excluindo e o sistema foi-se aperfeiçoando. Inicialmente era só o Banco encorajado da produção da borracha e a ele os contratos de financiamento eram feitos. O Banco de todos os por mil cruzados de financiamento.

O Sr. José Guimard — Sei que não se chegou a nada.

O SR. DESIRE GUARANI — Isso é a conclusão real: até agora nada se chegou de positivo, por que de positivo já se chegou a nada.

O Sr. José Guimard — Então a culpa é de muita gente.

O SR. DESIRE GUARANI — É o que disse. Não estou atacando o Governo, estou atacando um sistema, um sistema na economia nacional que é todo ele negativo para a Amazônia. A legislação que existe não tem nada de resultado positivo, no entanto, as simples portarias, as simples decisões de gabinetes e os simples despachos de processos e que fazem os grandes resultados negativos para a Amazônia, como esse da importação da bancada, que é uma simples decisão em processo. Enquanto até reformas constitucionais até agora nada levaram de positivo para a Amazônia, decisões em gabinete é que transformam, anulam tudo aquilo que de positivo poderia haver em favor da Amazônia, para ocupação das fronteiras. Mesmo dentro da esse da ocupação da região para segurança nacional nada tem sido feito.

Mas, dizia eu, somos mesmo, realmente, subdesenvolvidos e é talvez um tanto desse nosso subdesenvolvimento cultural, econômico, financeiro e político que não conseguimos sensibilizar os órgãos que decidem a respeito dos problemas que afetam a região.

Ainda não aprendemos o caminho ou, talvez, nós e os órgãos de classe não deixam impressionar pelas submediatidades sem a visão, a longo prazo, da repercussão do problema.

Uma das consequências desse subdesenvolvimento, — e os nobres Senadores José Guimard e Edmundo Leal sabem muito bem disso, — é verificarmos que os próprios seringueiros, bem como os maiores comerciantes da borracha, assim como os Presidentes do Banco da Borracha, sempre advogaram a quebra do monopólio da borracha, e o que ocorre hoje em dia, é exatamente o contrário: a defesa desta quebra do monopólio.

O Sr. José Guimard — Entendo que eles não queriam a quebra do monopólio.

O SR. DESIRE GUARANI — Os seringalistas amazônicos, a própria Associação Comercial bem como o último Presidente do Banco da Amazônia — e já fiz referência a esse fato em discurso — sempre advogaram a quebra do monopólio, sendo de ressaltar que o último Presidente do Banco da Borracha, durante três anos de sua administração, assinou seus decretos invocando a necessidade da quebra do monopólio da borracha como uma forma de o Banco se expandir.

O Sr. José Guimard — Uma das contradições mais curiosas que tenho observado, neste país, é exatamente a respeito do que V. Ex.^a afirma, neste momento. A mim, embora achasse que o monopólio não deve ser outorgado, parecia estranho que as classes empresariais do meu Estado, os seringalistas, fossem todos, à voz única, a favor do monopólio estatal da borracha. Se eles são da livre empresa, estranho e curioso quisermos a estatização, o prosseguimento do monopólio. Censiei-me de receber, endereci e encaminhei diversos manifestos desse desejo das classes de seringalistas e comerciantes da região, no sentido de que não se quebre o monopólio.

O SR. DESIRE GUARANI — O Presidente da Associação Comercial do Amazonas, o Presidente do Banco da Amazônia, todos pediram a quebra do monopólio. Curioso: o último Presidente do Banco da Amazônia assinou decretos invocando a necessidade da quebra do monopólio estatal da borracha como forma de expansão do Banco. E a lei que foi aprovada e sancionada, foi trabalho dele, em outubro ou novembro de 1933. Em janeiro de 1937, no relatório referente a 1936, lastimava ele ter sido quebre o monopólio estatal da borracha.

O Sr. José Guimard — É ainda interessante falar o seguinte: não houve, a bem dizer, uma quebra do monopólio. O Banco da Amazônia é obrigado a comprar a borracha, se não encontrarem comprador. Essa política financeira do Governo continuou obrigada a fazer a compra final da borracha.

O SR. DESIRE GUARANI — Desde que tenha recursos.

Assim está determinado por lei, mas o Governo Federal não dá os recursos financeiros ao Banco, para ocorrer à compra da borracha. A dotação orçamentária...

O Sr. José Guimard — A questão é de erro essencial. Se não couber a lei ou não dá os meios para que a lei seja cumprida, não há nada a fazer.

O SR. DESIRE GUARANI — Quando saiu a lei, reformando o Banco, foi consagrada a dotação de 27 milhões de cruzados novos, para reforço do capital do estabelecimento. Até hoje não foi entregue um tostão. É a própria lei determinou que, anualmente, seriam consignados, em Orçamento, 20 milhões de cruzados novos, para reforço do Banco. Constatamos a proposta orçamentária. Lá não existe nada. Os 3% para a Amazônia estão reduzidos a menos de 1%. Neste sentido, nobre Senador José Guimard, não quero frisar minha afirmativa. Não há repercussão da problemática amazônica na consciência da economia nacional.

O Sr. José Guimard — Nunca se falou tanto da Amazônia como agora, Senador Desire Guarani.

O SR. DESIRE GUARANI — Conhecer os problemas locais, não é o mesmo que procurar a solução. Para eles, se tiverem sido soluções, os problemas, não se falam mais. Pelo momento, portanto, não se encontrou a solução.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Ex.^a um aparte?

(Assentimento do orador) — Tenho a impressão de que a Amazônia só será efetivamente ocupada se vier o ciclo do seu desenvolvimento, quando entidades da economia mista forem criadas para grande razão nacional. Temos o caso, por exemplo, da castorífera. Demos concessões a grupos brasileiros e ainda hoje estão como na época em que esses grupos as conseguiram. Então só através da criação de empresas de economia mista ou estatais poderemos iniciar o ciclo do desenvolvimento da Amazônia. A questão da diversificação de culturas nativas destaca todo o potencial e estudo mais aprofundado, porque estamos plantando a banana, a laranja, a manga da borracha, com grande sucesso no sul da Bahia e creio que até mesmo em São Paulo...

O SR. DESIRE GUARANI — Em São Paulo, na divisa com Mato Grosso, na região do Município do Presidente Prudente.

O Sr. Aurélio Vianna — ... já estamos tentando plantar seringueiras no Estado do Pará, na região Tapajós. É uma indústria estranha, no extremo norte, como no sul do País e no centro-este que se transforma, como na Ásia, em indústria agrícola.

Temos um problema que nos demanda, precisa ser enfrentado com objetividade, através de soluções executáveis, plenamente executáveis. Temos, portanto, que iniciar. O que eu pergunto é o seguinte: aqueles bilhões investidos na Amazônia, depois que a Constituição determinou que o Brasil tivesse contribuído para o desenvolvimento amazônico, que foi feito? Uma parte do consignado no Orçamento não foi entregue, nunca! Mas, a parte entregue, que foi feita?

O SR. DESIRE GUARANI — Temos ali a Belém-Brasília, construída com 3% da dotação orçamentária para a Amazônia, em prejuízo do Acre e do Amazonas, que não se beneficiaram com essa estrada.

O Sr. Aurélio Vianna — Pergunta V. Ex.^a quais as obras realizadas na Amazônia, em benefício da Amazônia e do Brasil, consequentemente visando o seu desenvolvimento e aproveitamento das suas riquezas?

O SR. DESIRE GUARANI — A companhia de petróleo da Amazônia foi instalada com finalidade concedida pela SPVTA.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Ex.^a acha, então, que essas verbas foram empregadas, ou que essas verbas não foram convenientemente empregadas? Se foram bem empregadas, então houve sucesso. Se houve sucesso, por que a crítica? Se não foram empregadas, houve insucesso. Se houve insucesso, por que não empregadas? É um silogismo.

O SR. DESIRE GUARANI — Não é um silogismo, é uma consequência. O pouquíssimo das verbas pagas da pequena dotação orçamentária consignada foi bem empregada. A questão é que os problemas são muitos e exigem recursos muito maiores do que aqueles consignados e não em parte liberados para outras coisas.

O Sr. Aurélio Vianna — Eu estou procedendo ao raciocínio de V. Ex.^a e estamos melhor esclarecidos. V. Ex.^a situa a questão em termos de quem conhece os problemas da Amazônia para um Plenário, então, a maioria não os conhece em profundidade. Então, as verbas, numa situação difícil, porém, não podemos, pelo desconhecimento dos problemas da região, o objetivo, não estamos, com esta que foi a resposta, pelo menos eu, pois estou raciocinando. V. Ex.^a acha, então, que poucos quantitativos, quando analisados, estão sendo empregados para desenvolver uma série de coisas que não sendo feitas, por exemplo, no Plenário do Senado, pelos Senadores, que dizem, há pouco tempo, que estes verbas não foram sendo empregadas. Então, a maioria...

O SR. DESIRE GUARANI — Uma acusação que não se contém. Foi ela examinada em termos políticos militares, na administração de vários Superintendentes e um deles foi levado à responsabilidade.

O Sr. Aurélio Vianna — Então, eu ouvi, aqui, uma série de coisas ao Banco da Amazônia, então, esclarecidos, diante de um Plenário, denunciado da tribuna do Senado, então, que se critica, então, as empresas privadas que trabalham para o desenvolvimento da região...

O SR. DESIRE GUARANI — Isso continua ocorrendo.

O Sr. Aurélio Vianna — ... com crescimento, produzindo o total, em benefício do desenvolvimento. Mas, se V. Ex.^a que continua sendo feito...

O SR. DESIRE GUARANI — Realmente, adiantei-me ao raciocínio de V. Ex.^a. Pergunta que V. Ex.^a faz que se faz aplicação de parte das verbas nas grandes indústrias...

do Sul. O financiamento do Banco da Amazônia continua sendo sugado, consumido pelas grandes indústrias do Sul.

O Sr. Aurélio Vianna — Então essas verbas, esse dinheiro consignado para a Amazônia está sendo bem aplicado, bem empregado?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Não, não está sendo empregado bem, sob o ponto-de-vista da aplicação financeira para a Amazônia. Não discute o mérito moral, não encontra motivação alguma para incriminar, moralmente, quem quer que seja; reclinamo-nos, a ineficiência na aplicação das verbas, o que é prejudicial à Amazônia.

O Sr. Aurélio Vianna — Pelo que tenho ouvido sobre a Amazônia, chegamos à seguinte conclusão: não houve, creio que não há, ainda, um planejamento. Há planos isolados, regionais, sub-regionais, extemporâneos, tentativas de acertos para um mundo vasto como aquele, inexplorado.

O Sr. Marcello de Alencar — Planejamento existe, do Instituto Hudson, americano, que já planejou a Amazônia.

O Sr. Aurélio Vianna — Quando eu falo em planejamento falo num planejamento nacional que redunde em benefício da Nação e acredito que o nobre Senador Marcello de Alencar, em tendo feito a citação no contra-aparte que fez, não está declarando que este planejamento, por ter o nome de planejamento, reflita as aspirações nacionais da Região Amazônica.

O Sr. Marcello de Alencar — Exatamente o contrário.

O Sr. Aurélio Vianna — Já denunciamos, da tribuna do Senado, que firmas estrangeiras, contratadas por organismos nacionais, vêm planejando contra os interesses nacionais.

O Sr. Marcello de Alencar — Muito bem.

O Sr. Aurélio Vianna — Esta denúncia não é de agora. Eu mesmo já me preocupo com este assunto da tribuna. Então há necessidade de interesse muito maior porque mesmo esse conta-gota poderia produzir efeito muito maior se colocadas nos olhos do doente que precisa de cura. Não tenho dúvidas quanto a isto. Louvo V. Exa. por estar abordando assunto que provoca nosso interesse, que provoca o debate, para que todos nós possamos ficar esclarecidos sobre problemas importantíssimos que são de inteiração nacional.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Agradeço a bondade de V. Exa.

O Sr. José Guimarães — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Para complementar o aparte do nobre Senador Marcello de Alencar, devo declarar que o Instituto Hudson, cuja sede é Washington, trabalhou na Amazônia com cerca de quatrocentos técnicos. Os relatórios, destruímos até hoje.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Este relatório e muitos outros naturalmente. O deserto é tão grande que, missões técnicas e religiosas podem passar dois ou mais anos em determinadas regiões sem que ninguém tome conhecimento. E tudo desabitado, há apenas núcleos populacionais e a capacidade intelectual e o nível cultural e escolar da grande massa do interior é ínfima, insignificante. Estão em contato constante com nômades, coletores, com missões religiosas canadenses, italianas, holandesas, americanas e não fazem distinção da nação americana com moda peruana, colombiana, venezuelana e brasileira e fazem tudo isto em convivência em decorrência do abandono e da desinteresse da administração central brasileira. Não do atual Governo, mas da administração que é um processo continuado. O Governo americano só tomou conhecimento da Amazônia durante a

guerra e, quando ela acabou, voltou o abandono total. Excepcionalmente, no Governo do Marechal Dutra foi baixado a lei 84 a fim de evitar o desastre completo, com a retirada abrupta dos agentes do Governo americano.

O Sr. José Guimarães — Folgo em registrar esta afirmação de V. Exa. que é, de fato, o testemunho da homenagem que V. Exa. presta ao grande brasileiro Marechal Dutra que, não sendo sequer da Amazônia...

O SR. DESIRÉ GUARANI — E da Amazônia, é de Mato Grosso.

O Sr. José Guimarães — Ele é de Cuiabá.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Cuiabá está na Amazônia, fica acima do paralelo, está na zona de incentivos fiscais.

O Sr. José Guimarães — Então vamos incorporar Cuiabá à Amazônia. Quero citar o testemunho de Vossa Exa. que, aliás, é insuspeito e mais do que justo...

O SR. DESIRÉ GUARANI — Mas nós divergimos às vezes profundamente de muitos homens da Amazônia.

O Sr. José Guimarães — ... quando afirma que o Marechal Dutra deu maior ênfase ao desenvolvimento da Amazônia e algumas medidas de produtividade por ele foram decretadas.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Exatamente. Foi na administração do Marechal Dutra que o Banco da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia, tendo ampliado suas atribuições. Já fiz referência a esse fato em discurso anterior, consignando os efeitos da lei número 84.

Mas, Sr. Presidente, somos um país subdesenvolvido e, dentro deste, a Amazônia é menos do que subdesenvolvida. Se não o fossemos, a Superintendência da Borracha não determanaria a importação em vez de estimular a produção da borracha nativa. Não fosse isso, a SUDAM não declararia, como o fez há pouco uma das figuras mais categorizadas de sua direção, que a juta é uma atividade falida. A SUDAM, entidade específica para estimular a produção na Amazônia, não declararia, pela voz dos seus mais categorizados dirigentes, que a juta é uma atividade falida.

O Sr. José Guimarães — Permite V. Exa. outra intervenção? (Assentimento do orador) — O interessante seria saber, com segurança, se a importação foi autorizada porque não produzimos suficiente borracha. Neste caso, não haveria outro caminho a ser tomado.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Mas não produzimos borracha em quantidade suficiente porque nunca estimulamos a sua produção. Se adotarmos esta tese, preconizada por V. Exa., vamos acabar abandonando por completo a produção da borracha natural. A sua produção só foi estimulada durante os anos da guerra. Foi até criada uma entidade para isso. Terminada a guerra, esse banco estava às portas da falência e V. Exa. sabe disso. Só depois que todos os comercialistas se uniram para o Pão de Janeiro — tomaram até dinheiro emprestado para pagar a dívida — é que conseguiram um crédito e a aprovação do então Presidente Dutra a fim de que o projeto que tratava da matéria fosse a Câmara dos Deputados e prontamente aprovado. Não podemos ver abandonada a política de desenvolvimento da borracha. Não é possível, porque a produção instantânea da borracha, porque sabe Vossa Exa. que se plantamos hoje a borracha não podemos colhê-la amanhã. Há mais de quinze anos devíamos ter começado essa política de estímulo à produção da borracha nativa.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com prazer.

O Sr. Edmundo Levi — É claro que borracha não é alface nem couve, não se pode plantar num dia para colher no outro. Se prosseguísse a política de incentivo que se implantou na Amazônia, logo que o Brasil passou a colaborar contra a agressão nazi-facista, nós hoje estaríamos, talvez, com uma produção de 80 mil toneladas, porque, em poucos anos, a produção de borracha nativa, que tinha descido a 10 ou 12 mil toneladas, quando terminou o conflito alcançou trinta e oito mil toneladas. Apenas se organizou uma aparelhagem, de que V. Exa. deve estar lembrado para atuar no interior da Amazônia — a Rubber Reserve, que teve por finalidade estabelecer centros de abastecimento em diversos pontos do interior da Amazônia. Com isto, os produtores tinham gêneros baratos para a produção, seringalistas e seringueiros possuíam assim os recursos necessários ao seu trabalho. Esta espoliação que se passou a praticar depois, não existia. Houve incentivo. Os seringais se repovoaram. Depois, quando terminou o conflito e os países estrangeiros passaram a abastecer-se no Oriente, esses centros abastecedores do interior amazônico desapareceram e o então Banco da Borracha, depois Banco de Crédito da Amazônia, não substituiu esta aparelhagem, ficou apenas em Manaus e Belém, criando os maiores embaraços ao financiamento e dificultando a subida de gêneros porque passou a utilizar-se, logo de começo, daquelas velhas organizações comerciais conhecidas como casas aviadoras, que existiam em Belém e Manaus. Depois é que os seringalistas foram obrigados a comprar de intermediários. Houve o desestímulo. A produção caiu. Todos os gêneros subiram. Entretanto, a borracha não acompanhou a elevação nesses três anos. Foi uma calamidade. Enquanto os gêneros indispensáveis subiram até 400%, a borracha subiu apenas 24,7% de valor. Houve um desequilíbrio total. Agora, está-se encaminhando o problema para a comercialização, instituída pela lei que estabeleceu a política da borracha. Entretanto, o Superintendente da Borracha, como que querendo liquidar totalmente as atividades de interiores da Amazônia, permitiu essa importação, que chamo de clandestina, criminosa, para que as fábricas do Sul do país se desinteressassem pela compra da borracha nativa nas praças de Manaus e Belém. Dai, se fossemos ter uma produção nativa enquanto partimos para uma domesticção da hévra, teríamos a produção suficiente para fazer, gradualmente, a substituição da borracha nativa pela borracha cultivada, sem necessidade de importação e sem deixar de preparar a borracha cultivada. Assim, não iríamos abandonar aquela população à mais negra miséria. E isso o que está acontecendo: é o abandono de organismos. Ninguém sabe, os escalões superiores plantam uma ideia, uma orientação, entretanto, os executores não a cumprem. É a que estamos assistindo, inclusive choques entre uma orientação, entre o Ministério do Interior, e o Ministério da Fazenda, Banco do Brasil e Banco da Amazônia, relativamente à juta e à borracha.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Sr. Presidente e Srs. Senadores, prova do subdesenvolvimento é o fato de estarmos importando borracha da Indonésia, país tão subdesenvolvido como o nosso, fazendo os poucos dólares de divisas que possuímos; prova de subdesenvolvimento é o fato de estarmos cuidando da instalação de fábricas de sacos de fibras sintéticas para substituir os sacos de juta.

Mas isso é subdesenvolvimento cultural como a sobrevivência cultural a interesses estrangeiros.

Prova de subdesenvolvimento é o fato de que a SUDAM, o órgão específico da Amazônia, nunca teve nem um corpo de economistas e planejadores, capazes de definir um programa de trabalho exequível e afinado com a realidade do complexo amazônico.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, terminando minhas palavras, quero entregar à Taquigrafia a proclamação de D. Helder Câmara, em Manaus, dizendo que a Amazônia será rica e próspera.

É uma proclamação excessivamente otimista. Nossa, acredito continue sendo, mas será rica dificilmente algum de nós terá vida suficiente para chegar a ver. Por isso faço minhas as palavras de D. Helder Câmara, nesse Primeiro Encontro de Prelados da Amazônia instalado no dia 4, em Manaus, que:

“... a mística do desenvolvimento nos leva a entender e amar Francisco de Assis.”

porque, por aquilo que temos pedido para o desenvolvimento da Amazônia, até agora não conseguimos entender as decisões que são ditadas nos grandes centros financeiros e econômicos do País, pois todas elas o têm de destrimento dos interesses da ocupação e da sobrevivência da Amazônia. (Muito bem. Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR DESIRÉ GUARANI EM SEU DISCURSO:

D. HELDER PROCLAMA EM MANAUS: — AMAZÔNIA SERÁ RICA E NOSSA

MANAUS (UH) — A Amazônia é nossa e não será em nossas mãos um latifúndio improdutivo — disse D. Helder Câmara, ao instalar o Encontro entre Bispos da Igreja e técnicos da SUDAM: — O Nordeste veio dizer à Amazônia que aceita o convívio fraterno; vamos juntar nossos esforços e fundir nossos destinos.

Quarenta prelados do Norte e técnicos do Governo ouviram as palavras de D. Helder:

— Não faltarão ironias para sugerir deste pacto que parece aliança tão rito com o esfarrado. Mas lá é um primeiro passo o fraco não quebrar do traco, dar cada um o máximo de si mesmo e os dois se unirem num só.

A NOSSA RAÇA

Após mencionar grandes obras feitas por brasileiros, como Paulo Afonso e Bca Esperança, o bispo de Olinda e Recife, condenou o racismo, a falsa concepção de uma raça pura.

— com quem andaram os engenheiros do Brasil ao darem prova de tanta inteligência, tanto pioneirismo e tanta fibra? Porventura, trabalharam com super-raças de arianos, puros, vendendo saúde e exibindo supermutilação? Que trabalharam com super-raça parece evidente; porque fazer o que foi feito, com homens subnutridos, caboclos, estes...

... de serem sub-raça, podem não ter físico de gigantes, mas almas de gigantes certamente possuem. Podemos dizer, sem receio, que a Amazônia é nossa e não será, em nossas mãos, um latifúndio improdutivo.”

PAPEL DA RELIGIÃO

D. Helder pergunta se a religião tem alguma força a oferecer para esta luta ou o que ela traz, mais desajuda do que ajuda?

É o mesmo responde: “A natureza esmaga o homem. Como não se sentir pigmeu quando o rio é o Rio-Mar e quando, em volta, nem adianta tentar medir distâncias!”

— “Quando bate a baleia” prossegue, fazer promessas a um Santo não será fuga de quem não tem fibra e não sabe usar a cabeça? Quantas injustiças teríveis fazer, de políticos, donos absolutos, semideuses e, de

muita, miseráveis e párias, a Religião não desajuda, ensinando paciência em lugar de pregar revolta; pregando amor, quando devia pregar ódio; exigindo o que existe e injustiça estratificada?"

— "Só se impressiona com colocações assim quem confunde religião com superstição e não tem felicidade de conhecer, de fato, a Mensagem Cristã — prossegue. — E fora de dúvida que nós, os cristãos somos fracos e medíocres, e muitas vezes damos um triste testemunho de nossa fé. Mas é também fora de dúvida que o Cristo é Amigo Incapaz de desprecionar e que, do Cristianismo autêntico relienta uma bela e forte mística do desenvolvimento."

— Quando o Brasil, fechando todos os olhos ao sistema das superpotências, evita o direito de utilização pacífica da energia atômica, deve estar pensando, especialmente em regiões como a Amazônia — disse o Arcebispo.

— Como vencer a Amazônia com que o Atômico nos permita desviar cursos de rios, aterrar pantanais, fazer surgir o petróleo, resgar florestas virgens, atuar como um demônio? ... Nesta hora, a mística do desenvolvimento nos inspira, lembrando a Bíblia, que Deus fez o homem um pouco abaixo dos Anjos e lembrando São Paulo que nós somos deuses.

NATALIDADE

Refere-se D. Hélder a uma história que partiu daqui e chegou ao Brasil inteiro; espalhou-se entre estranhos andavam distribuindo milhas anticoncepcionais para negar a descendência a Amazônia, tornando mais fácil uma futura dominação.

— Nunca se sabe se é verdadeira ou não uma história assim que se espalha com a rapidez de fogo em palha seca — comentou. — Verdadeira ou falsa, ela levanta um dos mais graves problemas do subdesenvolvimento: a explosão demográfica. Observamos os técnicos que o ritmo de crescimento econômico é devorado nas áreas subdesenvolvidas pelo ritmo de crescimento demográfico. E não falta, então, quem pense com seriedade que a solução é a solução.

Mas D. Hélder observa que "filhos para o subdesenvolvido, não chega a ser péssimo grave".

— Filho para subdesenvolvido começa a trabalhar cedo e trabalha até casar. Depois do casamento a nova que chega é mais uma criança com que se conta. No Nordeste filho é saudade a foguete. E preciso que de fato se abra espaço para a criação humana. Só há sentido em acudir a Amazônia, em revolvê-la em desenvolvimento, se tudo for feito a serviço do homem. E não apenas alguns privilegiados.

D. Hélder exaltou a iniciativa do Encontro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com os técnicos do Governo e da Comissão. Por uma feliz coincidência, o encontro ocorreu na noite de 4 de outubro de 1967.

Francisco. A falta de desenvolvimento nos leva a entender e amar Francisco de Assis, entendendo e amando o Cântico das Criaturas, completado por um hino que exalte além das criações saídas diretamente das mãos do Pai as criações que brotam da inteligência, do coração e das mãos do homem.

Recitou, então, o Cântico de São Francisco.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador José Emílio.

O SR. JOSÉ EMÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, recebi, há dias, requerimento da Assembleia Legislativa do Amazonas nos seguintes termos:

"Transcorridos quase três meses da vinda a Manaus de Comissão Integrada por Ilustres Senadores,

cujo objetivo, segundo suas próprias declarações à imprensa local, era verificar in loco dramática e alarmante situação de nossos irmãos ribeirinhos, atingidos pela formidável e avassaladora enchente que devastou plantações e dizimou suas poucas criações, solicitamos a V. Vª urgentes informações a respeito da indispensável ajuda que seria dada pelo Governo Federal que, a par do quanto o Governo Estadual tem feito e em que pese a situação financeira do Estado, serviria para amenizar a angustiante e penosa situação daqueles nossos bravos irmãos hinterlandinos. Vile acrescentar que o povo do interior do Estado continua muito embora já quase desiludido pelo engodo e sofismas de muitos políticos — acreditando piamente na promessa de ajuda do Governo Federal, conforme declarações de V. Exªs quando aqui estiveram. Atenciosas saudações". S. R. da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 31 de agosto de 1967. a. José Belo Ferreira — Deputado. aa) Homero de Miranda Leão, Oswaldo Monteiro, Thermário Pinto da Costa, Vinícios Monteconrado Gomes, Dorval Vieira, Andrade Netto e José Cidade de Oliveira.

Então, Sr. Presidente, recebi outra telegrama, nestes termos:

"Permito-me voltar à sua presença para reiterar solicitação anterior, no sentido Vossencio, por especial obsequio, informar posição assunto auxílio federal às vítimas da alagação do Amazonas pt. Esclareço que a insistência na ajuda relaciona-se com a difícil situação financeira do Estado, agravada no atendimento ribeirinhos e que transformou os serviços de assistência aos necessitados pt Rogo, assim, a Vossência a fidalguia de todo o seu empenho pessoal com a finalidade de acelerar a entrega daquele auxílio. Atenciosamente. (a) João Martins da Silva, Chefe da Casa Civil do Governador do Estado do Amazonas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, designado pelo Senado, seguí para Manaus no dia 21 de junho, e lá, depois de três dias de intensas pesquisas, viajando de lancha e por todos os meios possíveis, pude verificar a situação angustiosa em que se encontravam os plantadores de juta e os homens da pecuária, com suas fazendas invadidas inúmeras destruídas; um fazendeiro, que tinha 450 rezes, só pôde salvar 150, foram essas as razões por que, no dia seguinte a minha chegada de Manaus, por obsequio do Senador Eurico Rezende, pude fazer relatório completo da situação. Prossigui juntamente com o Senador Eurico Brito, entrar em contato com o Líder do Governo, para vermos o que era possível fazer pela região. Se temos que fazer algo, devemos fazê-lo urgentemente a fim de que não prossiga a situação difícil em que se encontra a Amazônia. Sou testemunha. Digo: o Amazonas, não só na pecuária, não só na juta, mas também nos seringaais precisa de ser olhado. Sempre afirmei que o Amazonas é o coração do Brasil e lá está a defesa do futuro da Nação. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARTECERAM AOS SENADORES SENADORES:

Adalberto Sena.
José Guimard.
Clodomir Milet.
Petrônio Portela.
Paulo Sarasate.
Ruy Carneiro.
Domício Gondim.
Teotônio Vilela.
Jacobat Marinho.

Eurico Rezende
Milton Campos.
Lino de Matos.
Ney Braga.
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Congresso Nacional está convocado para se reunir segunda-feira, dia 9, às 21:30 horas para a votação do Projeto de Lei nº 2, de 1967, que reajusta os aluguéis e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) Está encerrada a Hora do Expediente. Presentes 39 Srs. Senadores, passa-se a:

Item 1º:

ORDEN DO DIA

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, de autoria do Sr. Senador Mem de Sá, que altera a redação do inciso II do art. 134 do Código Civil Brasileiro (Lei número 3.071, de 1 de janeiro de 1916), tendo Pareceres, sob números 532 e 628, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: sobre o projeto favorável, com a emenda que oferece de nº 1-CCJ, 2º pronunciamento: sobre a emenda de plenário, favorável.

— de Redação, oferecendo a redação do vencido, para 2º turno.

Na sessão de 30 de agosto próximo passado, submetido o Projeto a Plenário, em seu 1º turno regimental, foi o mesmo aprovado, assim como a emenda nº 1-CCJ.

O Projeto foi à Comissão de Redação a fim de redigir o vencido, para segundo turno.

Incluído na Ordem do Dia de 6 de setembro último, teve sua discussão encerrada com emenda de Plenário.

Voltando o Projeto à Comissão de Constituição e Justiça esta emitiu parecer favorável à emenda de Plenário. Assim passaremos à votação do projeto, sem prejuízo da emenda.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PARECER Nº 535, DE 1967
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, que altera a redação do inciso II do art. 134 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).

Sala das Sessões, 1 de setembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Mem de Sá. — Carlos Lindenberg.

ANEXO AO PARECER Nº 565-37

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, que altera a redação do inciso II do art. 134 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso do art. 134 do Código Civil Brasileiro passa a vigorar com a seguinte redação:
"II — Nos contratos constitutivos ou translativos dos direitos reais sobre imóveis de valor inferior a ... NCR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos), excetuado o penhor agrícola."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação a emenda do Plenário.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1

Do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967.

Para o segundo turno.

Art. Onde se lê: "dois mil cruzeiros novos" (NCR\$ 2.000)

Leia-se: "três mil e quinhentos cruzeiros novos" (NCR\$ 3.500).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 843, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento da bancada do Movimento Democrático Brasileiro — MDB — na Assembleia Legislativa de São Paulo, a propósito do Projeto de Lei que autoriza o Governo Estadual a emitir Bônus Rotativos.

A discussão do requerimento foi encerrada na sessão de ontem.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

E' o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 843, DE 1967

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento da bancada do Movimento Democrático Brasileiro — M. D. B., na Assembleia Legislativa de São Paulo, a propósito do Projeto de Lei que autoriza o Governo Estadual a emitir Bônus Rotativos.

A transcrição requerida se justifica, por isso que o pronunciamento da bancada estadual do M.D.B., seção paulista envolve matéria de relevância econômico-financeira, principalmente por discrepar da orientação dada à Nação pelo ex-Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1967. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 844, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Adolfo Steinbruch solicita a transcrição nos Anais do Senado, da magnífica criação preferida pelo Ministro Prado Kelly na sessão de 4 de outubro de 1967, em homenagem ao centenário de nascimento de Nilo Peçanha.

A discussão do requerimento foi encerrada na sessão de ontem.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição requerida.

E' o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO N.º 844, DE 1937
Sr. Presidente:

Regente, regimentalmente, a transcrição, nos Anais desta Casa, da magnífica oração proferida pelo Ministro Prado Kelly, na sessão de hoje do Supremo Tribunal Federal, em homenagem ao centenário de nascimento de Nilo Peçanha.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1967. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 4:

Votação, em turno único do Requerimento n.º 845, de 1937, pelo qual o Sr. Senador Paulo Sarasate solicita seja considerado como de licença para tratamento de saúde o período de 1.º a 20 de setembro passado.

Faz votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Será publicado o requerimento para os devidos fins.

E' o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO N.º 845, DE 1967
Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 42, § 1.º do Regimento Interno, requiro seja considerado como de licença, para tratamento de saúde, o período de 1.º a 20 de setembro passado, conforme atestado anexo.

Em 3 de outubro de 1967. — Paulo Sarasate.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 5:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 655, de 1937, do Projeto de Resolução n.º 68, de 1937, que suspende a vigência da Lei número 4.923, do Estado de Goiás, que criou o Município de Lagoândia desmembrado do de Pirenópolis.

Em discussão a redação final. — (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 655, DE 1967 DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Resolução n.º 68, de 1967.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 68, de 1967, que suspende a vigência da Lei n.º 4.923, do Estado de Goiás, que criou o Município de Lagoândia, desmembrado do de Pirenópolis.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — Bezerra Neto, Relator. — Carlos Lindenberg — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER N.º 355-67 Redação final do Projeto de Resolução n.º 68, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

Resolução N.º 68, DE 1967

Suspende a vigência da Lei número 4.923, do Estado de Goiás, que criou o Município de Lagoândia, desmembrado do de Pirenópolis.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º Fica suspensa, de acordo com o inciso IV do art. 45 da Constituição Federal, e nos termos do acórdão unânime do Supremo Tribunal Federal, proferido em sessão plena de 5 de abril de 1967, nos autos da Representação n.º 653, do Estado de Goiás, a vigência da Lei daquele Estado, n.º 4.923, de 25 de maio de 1964, que criou o Município de Lagoândia, desmembrado do de Pirenópolis.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 6:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 652, de 1967, ao Projeto de Resolução n.º 69, de 1967, que suspende a execução do item III, b, do art. 11, da Lei Estadual (Santa Catarina) n.º 2.772, de 21 de julho de 1961 com a redação que lhe deu a Lei n.º 2.999, de 29.12.61.

Em discussão a redação final. — (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 652 DE 1967 DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Resolução n.º 69, de 1967.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 69, de 1967, que suspende a execução do item III, b, do art. 11 da Lei Estadual (Santa Catarina) n.º 2.772 de 21.7.61, com a redação que lhe deu a Lei n.º 2.999, de 29 de dezembro de 1961.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Carlos Lindenberg — Filinto Müller. ANEXO AO PARECER N.º 652-67 Redação final do Projeto de Resolução n.º 69, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 69, DE 1967

Suspende a execução do item III, b, do art. 11 da Lei n.º 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina, com a redação que lhe deu a Lei n.º 2.999, de 29.12.61.

Art. 1.º Fica suspensa a execução do item III, b, do art. 11 da Lei número 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina, com a redação que lhe deu a Lei n.º 2.999, de 29.12.61, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 7:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 651, de 1967, aos Projetos de Resolução n.º 86, de 1964 e n.º 5, de 1935, que suspendem a execução da Lei n.º 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Em discussão a redação final. — (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 654, DE 1967 DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final dos Projetos de Resolução n.º 83, de 1964, e n.º 5, de 1935.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final dos Projetos de Resolução n.º 83 de 1964, e n.º 5, de 1935, que suspendem a execução da Lei n.º 2.772 de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Carlos Lindenberg.

ANEXO AO PARECER N.º 654-67

Redação final dos Projetos de Resolução n.º 86, de 1964, e n.º 5, de 1935.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 86, DE 1967

Suspende em parte, a execução do art. 12 da Lei n.º 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 29 e 26 de agosto de 1964, nos recursos ordinários em Agravo de S. em art. n.º 13.121 e 13.250, respectivamente, do Estado de Santa Catarina, a execução do art. 12 da Lei número 2.772 de 21 de julho de 1961, do mesmo Estado, na parte que se refere ao imposto de vendas e circulação cobrados sobre movimento econômico residente de vendas para o exterior.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Encerra a sessão da Ordem do Dia. Não havendo mais assuntos para a pauta, encerra a sessão. O Sr. Presidente agradece a presença de todos.

O SR. AURELIO MENDONÇA:

Devisto da palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mendonça) — S. E. encerra a sessão.

Encerra a sessão o nobre Senhor Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar com maior sentimento a morte de Paulo Watzl, ocorrida hoje, em lamentável acidente rodoviário, no Estado de São Paulo.

Fazendo este registro quero somente prestar a homenagem mais sentida de minha parte e mais merecida desta Casa àquele que, como Secretário-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados, foi um dos mais dedicados, um dos mais capazes, um dos mais eficientes funcionários do Congresso Nacional.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Quero também neste momento, associar-me à homenagem de pesar que V. Ex.ª presta à memória de Paulo Watzl. Há dois dias estivemos conversando, no hall do Senado, Federal, estava ele muito otimista com relação a negócios de paz que encerrava. Deputado por muitos anos, acompanhei a proficiência dos trabalhos desempenhados por Paulo Watzl quando Secretário-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados. Foi uma perda lamentável para todos nós.

O SR. CLODOMIR MÜLLER:

Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador) — Também me associo às manifestações de pesar que V. Ex.ª está prestado a Paulo Watzl. Conhecendo como conheci durante o tempo em que fui Deputado Federal a eficiência e, sobretudo, a diligência com que Paulo Watzl encerrava as suas funções na Câmara dos Deputados, e a sua total dedicação de que sou eu responsável de todas as homenagens que possam prestar à sua memória. Portanto, a notícia me surpreendeu. Sobre a manhã, do dia em que foi vítima Paulo Watzl e a V. Ex.ª me associou nas palavras de pesar que ora profero.

O SR. PRESIDENTE:

Lembrou muito bem o nobre Senador Aarão Steinbruch que Paulo Watzl também no momento de sua vida em que, com maior otimismo, se dedicava, por força da aposentadoria a uma atividade particular. Como homem de bem que sempre foi, e de ação que sempre desenvolveu, não poderia parar. Assim também era sua atividade.

Não é necessário dizer mais nada, Sr. Presidente, para realçar os méritos e o dinamismo de Paulo Watzl. Os apêndices dos Srs. Senadores Aarão Steinbruch e Clodomir Müller complementaram e enriqueceram o registro a que me propus, honrando a memória de Paulo Watzl que marcou a administração e a história do Congresso Nacional e a honra desta Casa.

Por o que tinha a dizer. (Muito bem)

O SR. AURELIO MENDONÇA:

(Guilherme Mendonça) — A Mesa desta sessão recebeu as homenagens que foram de ser prestadas a Paulo Watzl pelo Senador de São Paulo, Aarão Steinbruch, e pelo Senador de São Paulo, Clodomir Müller. Foi um tempo de homenagem em que os Senadores Aarão Steinbruch e Clodomir Müller complementaram e enriqueceram o registro a que me propus, honrando a memória de Paulo Watzl que marcou a administração e a história do Congresso Nacional e a honra desta Casa. Por o que tinha a dizer. (Muito bem)

O SR. JOSE ERMÍRIO — Não provoço escândalo contra o Senado pois sei que podemos fazer muita.

coisa boa. Quero apenas esclarecer uma pecha que levei e que não admito.

(Lendo)

Trazia, isto sim, o propósito claro de confirmar ou não as informações segundo as quais os senadores enviados são quase sempre os mesmos. E, se confirmadas as queixas dos que saíram por decorrência, preteridos, razão maior se recomendaria um rodízio, atendendo ao gênero das conferências, conciliáveis com os atributos de capacidade e experiência do senador representante. Se as informações viessem acompanhadas do relatório de cada um, ou sobre cada um, tanto melhor, pois teria a opinião pública uma visualização real das nobres tarefas desempenhadas pelos seus representantes, retirando do espírito da maioria a negativa impressão de que as viagens de representação se constituem em turismo para uns poucos privilegiados.

A parte final de sua fala o ilustre Senador Presidente a destinou para responder a requerimento de informações que apresentei a Mesa, indagando sobre o montante das dívidas do Senado para com as companhias de navegação aérea. Inspirou-me a pergunta o fato a que assisti e passo a narrar: Quando fui retirar bilhete de ida e volta ao Sul, na agência da VARIG, no Hotel Nacional, lá, no local, encontrei-me com um ilustre senador que, há algum tempo, esperava ser atendido. No tocante a mim, paguei a passagem e a recebi imediatamente. O nobre colega, para estranheza minha, todavia, lá ficara, à espera de um elenco de formalidades. Estranhei, — e muito, — a ocorrência, e, ao embarcar na manhã seguinte, procurei alto funcionário da Companhia e obtive dele a informação de que o Senado se encontrava em atraso com a sua empresa. Não satisfeito, em caráter informal, obtive a notícia de um alto funcionário desta Casa, segundo a qual o Senado estava em débito com as empresas, apesar de haver, recentemente, liquidado parte da fatura. Diante disso fiz o requerimento e coloquei-me no aguardo das informações.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex^a outro aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Peço licença a V. Ex^a para terminar e depois darei quantos aparies V. Exa. desejar.

Não vieram, conforme supunha, e para isso se invocou proibição regimental. Tivemo-las, no entanto, solene, formal e expressamente, através do pronunciamento do Sr. Presidente que, enfatizando a revelação, assegurou a esta Casa que o Senado mantém as suas contas rigorosamente em dia. E mais adiante mudando a ordem das palavras afirmou:

"Acréscito para encerrar: o Senado Federal está em dia com todas as suas contas."

Ora, Srs. Senadores, é lamentável concluir-se que o Sr. Presidente trouxe a esta Casa uma informação que não correspondente com a realidade. Acabo de receber da VASP, em São Paulo, no dia 2 de outubro, informação de que até o dia 31 de agosto de 1967, o débito do Senado para com aquela companhia era de NCrs 106.000,00 e que para minorá-lo, em setembro, o Senado pagou apenas NCrs 30.000,00. Tinha e tenho, pois, razão quando solicitei a informação, cujo objetivo era evitar que um membro da Câmara Alta se expusesse a vexames por omissão da Mesa.

Estamos em débito também com relação à VARIG. Tenho em meu poder o telex que traduz as informações recebidas de São Paulo, onde são as contas controladas, fornecidas pela Chefia da Contabilidade dessa empresa, no Rio de Janeiro, a qual

nos forneceu os seguintes informes de débitos do Senado Federal:

Até 20 de setembro de 1967:

Contabilizados 182.263,73
Não contabilizados 17.757,30

Total 200.021,03

Pagamento em setembro 90.255,72
Saldo devedor 109.765,31

assim discriminado:

Contabilizado 92.008,01
Não contabilizado 17.757,30

Note-se que a data a que os dados se referem é 20 de setembro, portanto o mesmo dia que formulei o pedido de informações à Ilustre Mesa do Senado.

"Devemos, portanto, a duas empresas aéreas. E pior, devemos, podendo pagá-las, pois o Sr. Presidente afirma que o "Senado Federal tem o seu orçamento baseado nas suas estritas necessidades e todo esforço de economia é para chegar ao fim do ano sem necessitar suplementações."

Julgo ter ficado provado que o meu requerimento trazia no seu bôto alto espírito de cooperação e não somente com relação às viagens dos Srs. Senadores, mas, também, dos senhores funcionários desta Casa que necessitam estudar e se especializar no Exterior.

O Sr. Dinarte Mariz — Sr. Senador José Ermírio, tenho a impressão de que V. Ex^a encontraria caminho mais curto se fosse à Mesa do Senado colher essas informações. Não acredito que V. Exa. nessa altura de sua vida, queira ser o moralizador desta Casa onde todos são honrados.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sigo o caminho que segui nas empresas.

O Sr. Victorino Freire — Mas aqui não é empresa. Não somos funcionários de V. Ex^a!

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Ficarei nesta Casa seguindo as normas que aprendi em toda a minha vida. Sei respeitar o Senado como um dos órgãos mais importantes da vida deste País.

O Sr. Dinarte Mariz — Sei que V. Ex^a não tem nenhum motivo para desprezar o Senado...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Jamais faria isso.

O Sr. Dinarte Mariz — Sei que V. Ex^a não tem outro intuito que o de servir o País; sei que V. Ex^a não foi buscar no passado resquício nenhum de ressentimentos; sei que V. Ex^a é homem que traz para esta Casa os melhores subsídios para os debates, no sentido de promover algumas coisas em benefício do País. Portanto, estranho que V. Ex^a nesta altura, não verifique que nós, inclusive os seus colegas de partido, participantes da Mesa, somos meros delegados deste Plenário. V. Ex^a pode estar certo de que, se quiser, poderá se dirigir à Mesa e obter todas as informações necessárias. Entendo que este é o dever de todo Senador que queira realmente servir ao Senado e não fazer da tribuna, alguma coisa que possa representar um escândalo contra esta instituição, que, como disse, é uma das mais nobres, das mais altas e que mais serviços tem prestado a este País. (Palmas). Desculpe-me V. Ex^a a franqueza com que estou falando, pelo respeito que tenho a V. Ex^a, pois sei que V. Ex^a tem o intuito de servir ao País. Mas se V. Ex^a está envolvido em algum acontecimento que possa representar qualquer desprestígio, me perdoe...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Jamais iria querer desacreditar o Senado. Já o disse e repetirei cem vezes, se preciso. Tendo recebido, ao meu requerimento do dia 8 de maio, deste ano, uma resposta, sem comentário, do Presidente, estranho que S. Ex^a não queira responder a este último pedido de informações.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. outro aparte? Senão o agradeço, peço a oportunidade.

(Assimilando do orador) — V. Ex^a talvez não saiba que nas contas que aqui fui chegando, há dezenas de bilhetes referentes a Deputados e Senadores e tem que voltar para verificação através de novo levantamento, fazendo-se a separação de Senadores e Deputados.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Apenas estou me certificando das adequações que me foram feitas.

(Lendo)

No entanto, parece-me que eles não têm nenhuma intenção de adequações e são raios os que vão. Assim pensei ao meitar em meu penho a informação de que a Mesa não é responsável pela tal presidencial.

Deixo, então, registrada a minha resposta ao ilustre colega, voltando a declarar que não sou e nem jamais fui contra viagens ao exterior, mesmo por que na época em que vivemos o intercâmbio de conhecimentos entre os homens responsáveis pelos principais setores das administrações diversas se reveste de importância científica, econômica e social inegáveis. Essa incessante troca de ideias ocasiona, indubitavelmente, grande experiência. No entanto, para colimar esse objetivo, faz-se imprescindível a apresentação dos relatórios que venham trazer ao nosso conhecimento o fruto dessas vivências.

E, finalizando, esclareço aos meus nobres pares que jamais me ocorreu o sentimento da crítica estéril, mais sim o da colaboração, objetivando alcançar o verdadeiro princípio da igualdade para todos, como símbolo e exemplo da Câmara Alta. Os meus propósitos são e sempre foram os de que esta Casa seja respeitada para que respeitados sejam todos os seus membros. E, que, doravante, as palavras dos senhores senadores da República sejam fielmente entendidas vedando a quem quer que seja o direito de distorcê-las ao seu arbitrio, interpretando-as de acordo com as suas conveniências.

São essas as informações que dou ao Senado, apenas para satisfazer equívocos sobre a minha pessoa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Mesa ouviu, atentamente, o nobre Senador José Ermírio, e, com a consideração que S. Ex^a merece, como merecem todos os demais componentes desta Casa — apesar de atenta às palavras de S. Ex^a aguardará a publicação do seu discurso e, se for o caso, voltará ao assunto e o fará com a tranquilidade e a transparência com que cumpre todos os seus deveres.

O SR. AURELIO VIANNA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, na Liderança do Movimento Democrático Brasileiro e tendo eu reunido a bancada do nosso partido, propus que fosse estabelecido um critério para indicação à Mesa, os nossos colegas que, porventura, fossem ou desejassem ir a qualquer reunião realizada fora do país e, pela unanimidade dos presentes — se a memória não me falha — foi acolhida a nossa sugestão de que a escolha fosse realizada em escrutínio secreto e por sorteio.

Então, desde o início da nossa liderança, quando compete à liderança do MDB, indicar à Mesa os Senadores que devam ir representar o Senado no exterior, nós fazemos um sorteio, na presença dos Senadores interessados e aquele que é sorteado, em indo, só

será sorteado novamente depois que o último dos Senadores do MDB conseguem ir a qualquer viagem ao exterior.

Quando a indicação é da liderança da Mesa, através do seu presidente, nos não somos convocados a indicar os nomes dos Senadores do MDB que devam ir a qualquer viagem; ou quando um outro país com os Senadores tais ou quais, também não há indicação da Liderança do MDB; ou então, quando a designação é feita diretamente, pelo Chefe de Nação, mais da vez que nos é pedida a indicação dos nomes dos Senadores para qualquer viagem ao exterior, nos nos reunimos e sorteamos, repito, o nome ou os nomes que devam ir.

E há acontecidos fatos de colegas que nunca tinham ido a qualquer viagem, através desse processo, terem na feito.

Esou prestando este esclarecimento, porque fomos chamados, mais de uma vez, no decorrer desse debate em torno de viagens de Senadores, em torno de débitos do Senado para com essas companhias de aviação, e precisamos de prestar esse esclarecimento.

E enquanto o nosso Partido, através da sua bancada, não aceitar esse critério, eu, presente em Brasília, no exercício da liderança, continuarei adotando a economia por sorteio, sem perguntar, sem me meter por saber como outra qualquer agremiação político-partidária se conduza, porque é da economia de cada grupo político atingir seus trabalhos como convier a cada grupo político. Adotamos esse critério.

E é verdade: o Senador José Ermírio nunca me pediu para indicar o nome para qualquer viagem, e nunca desejei, nunca plantei e não quero que seu nome entre no sorteio, por motivos que S. Ex^a mesmo já explicou. E homem que pode ir, quando quiser, ao exterior. Vai como quer, quando quer, às suas expensas. E direito seu. E os outros Senadores nunca poderíamos, assim, fazer uma viagem ao exterior. Mas é verdade isto. (Muito bem!)

O Sr. Victorino Freire — S. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, apenas para mais um reparo: o nobre Senador José Ermírio, em seu discurso, disse que se dirigiu à VARIG, para saber os débitos do Senado.

E' inédito, é estranho, é a primeira vez que tal acontece em 20 e tantas anos que estou aqui!

S. Exa., assim como requereu a Mesa, devia dirigir-se, em requerimento ao Ministério da Aeronáutica para que este, através do seu Departamento de Aeronáutica Civil, determinasse a VARIG e a VASP informar a S. Excelência qual o débito do Senado até a data X.

Sr. Presidente, atitudes como esta desmoralizam a Casa e diminuem ao conceito da Nação. E' a verdade.

Nunca houve coisa igual no Senado e eu estou — repito — aqui, há 20 e tantos anos! E' a primeira vez que vejo um Senador se dirigir a uma empresa particular para saber quanto deve o Senado, até quanto deve, se pago e se não pagou.

A empresa não devia prestar essa informação, a não ser pelos meios normais. Só através de requerimento à Mesa do Senado — que o encaminharia ao Ministério da Aeronáutica e este ao Departamento de Aeronáutica Civil —

Concluída a discussão, de conformidade com o preceituado no artigo

as subemendas são rejeitadas as de nºs 3 e 2 e, aprovada, a de nº 1.

Prossigui-se, concluída a votação, é o Parecer da Comissão aprovado, tendo os Senhores Ayrão de Carvalho e Jamil Amiden assinado com declaração de voto.

Finalizando, o Sr. Presidente, após formular voto de pesar pelo falecimento do Dr. João E. C. da Silva, Secretário-Geral da Presidência do Senado Federal, expedite a seus pares a manifestação de condolências e determine que as rubricas trigérficas, tão logo elaboradas, sejam a fazer parte integrante da presente Ata, sendo publicadas em carta nos Diários do Congresso Nacional, Seção I e II.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a presente Reunião e, para constar, ed. Alexandre Marques de Albuquerque Melo, Secretário da Comissão lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 5, DE 1937 (CN), QUE "REGULAMENTA O ART. 178 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL QUE DISPÕE SOBRE OS EX-COMBATENTES DA 2ª GUERRA MUNDIAL".

Presidente: Deputado Jamil Amiden
Vice-Presidente: Senador Aarão Steinbruch

Relator: Deputado Alipio Carvalho
ANEXO DA ATA DA 2ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 1967, ÀS 15 HORAS.

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Há número legal. Está aberta a sessão. Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Alipio Carvalho, para proferir o parecer.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Sr. Presidente, essa conceituação nos parece da maior conveniência exatamente porque caracteriza esse aspecto que é de suma importância para a regulamentação do restante do projeto.

(Continua lendo)

"... o segundo, aquele da Pelos conceitos emitidos depreende-se que o projeto é para tratar daqueles que, embora tenham sido militares ocasionalmente, estão integrados definitivamente na vida civil.

O SR. SENADOR AARÃO STEINBRUCH (Pela ordem) — Sr. Presidente, o nobre Relator está concluindo a leitura do Parecer, quero crer que agora fará referência às emendas.

Creio que não será necessário a discussão das emendas, de vez que, segundo depreendi do trabalho apresentado, há um substitutivo. Seria lido o substitutivo e, depois, então, as emendas seriam discutidas — aquelas exatamente que merecessem destaque. Não precisaria ser lida essa parte das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Devo informar ao nobre Senador Aarão Steinbruch que o Relator nos afirmou que o trabalho final do parecer não é o substitutivo. Apenas conclui com nova redação.

O SR. SENADOR AARÃO STEINBRUCH — Mesmo assim não há necessidade da leitura destas emendas nesta altura do andamento da discussão do projeto.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Conforme a mensagem, passarei à análise das emendas. (Lendo)

Exatamente por se referirem a amparo do militar, pelo objetivo e pelas idéias básicas do projeto e as consi-

derações que tecemos, julgamos que são essas emendas impertinentes.

Além, também, parecer contrário, pelas razões abaixo enunciadas:
Nº 5 ...

O SR. SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO — Esta emenda, que faz referência à Força Expedicionária Brasileira, não entra em conflito com a alteração da emenda anterior que pretende incluir entre as palavras como "integrados" as expressões da Força do Exército?

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — O diploma, a medalha de campanha e o certificado também têm servido como prova.

O SR. SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO — Na emenda anterior já se fala em componente da Força do Exército para abranger aqueles que se engajaram na campanha antes da Força Expedicionária Brasileira.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Nobre Senador, pelo que se depreende do projeto de lei, há um dispositivo anterior que estabelece o seguinte:

"A prova de participação efetiva em operações bélicas, será fornecida ao interessado pelos Ministérios Militares."

Além da prova fornecida pelos Ministérios Militares, há ainda o diploma, a medalha de campanha e o certificado. O que vai caracterizar o direito é a prova de participação.

O SR. SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO — Então, não compreendi por que, pela emenda anterior, se mandou incluir essa expressão da Força do Exército.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — Sr. Relator, existem muitas pessoas que participaram das operações de maneira indireta mas não menos perigosa. Por exemplo, os pilotos da Aeronáutica Civil, que prestaram relevantes serviços à causa dos aliados. Enquanto inúmeros militares receberam a Medalha de Campanha e do Atlântico Sul, esses bravos combatidos foram excluídos dessa honraria.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Pela própria definição do artigo 1º, considera-se ex-combatente todo aquele que efetivamente tenha participado de operações bélicas, como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante.

Número 2, essas promoções que foram feitas, para poder ter valor, precisavam ser determinadas.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — Foram. No afundamento do navio Sergipe foram determinadas, para localizar o navio que foi torpedado.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Deixa que a Força Aérea Brasileira, cometeu a missão a alguém, deu-lhe certificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Devo alertar os Senhores membros de que teremos, após a leitura do parecer, sua discussão. Então cada membro terá 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HAROLDO VELOSO — Dentro da Aeronáutica, havia duas espécies de medalha: uma da Cruz da Aviação e outra da Campanha do Atlântico Sul. Se um elemento prestava missão considerável de guerra, de combate, ele recebia, assim

é que é hoje em dia, temos muitos servidores que são portadores dessas medalhas, porque prestaram missões que são consideradas de guerra. Os outros prestaram missões de colaboração na zona de guerra. Não foi considerado como missão de guerra, pois não houve o risco de combate. Esses receberam a medalha de Campanha do Atlântico Sul. Esta a diferença. As missões auxiliares em z na de guerra não foram consideradas como de operação de guerra. O piloto civil, contratado, e que pertence à Escola de Aviação, tem a Cruz de Aviação, porque participou de missão de guerra. Os pilotos civis são considerados reserva da FAB. Alguns prosseguiram na ativa; outros ficaram na reserva.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Prosseguirei na apresentação das emendas.

Por observações colhidas, efetivamente, é zona de guerra. A ilha de Fernando de Noronha, por exemplo, constitui um pedaço do que se chamava zona de guerra.

Passarei à Emenda nº 32. (Lendo)

A informação é para evitar um caminho maior. Como está no projeto, o combatente teria que requerer seu aproveitamento; é verificado onde tem vaga, pela Administração Civil e encontrada a vaga há uma nomeação. Somente na hora da posse se fará a inspeção de saúde.

Se for julgado incapaz vem ao Ministério Militar para pedir a reforma. A proposição visa a que o caminho se encurte. Ele pode pedir o laudo competente ao órgão da Administração pública e encaminhá-lo ao requerimento direto, pedindo a reforma, e se submeterá a uma reinspeção.

EMENDA Nº 35

Entre as palavras "condenação penal" e "de dois anos", intercale-se a seguinte: "por mais" de dois anos. — porque assim é que define o Código Penal. —

Em face do exposto, apresentamos nosso parecer, que, de uma forma geral, é pela aprovação do projeto. Naturalmente com a aprovação de emendas, subemendas e pela rejeição de emendas consideradas não pertinentes ou que já tenham sido relacionadas com a matéria.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Em votação o parecer do Relator sobre o projeto e as emendas, resultantes os destaques.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Tem a palavra V. Ex.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Senhores Presidentes Senhores Congressistas, Membros desta Comissão, desejo fazer uma primeira restrição, data vinda do eminente Relator, do trabalho que acaba de apresentar.

Essa restrição, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, refere-se ao texto contido na página 4 do parecer do Relator, quando ele diz:

"Por isso mesmo, o Projeto da Lei nº 5, definiu o que é ex-combatente da 2ª Guerra Mundial, se além exclusivamente aquele que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida definitivamente."

Concorda o Relator plenamente com essa concepção, pois a seu ver os militares da ativa e os da reserva remunerada, mesmo tendo tomado parte efetivamente nas operações bélicas da 2ª Guerra Mundial, não podem ser considerados ex-combatentes na forma do preceito constitucional. ..."

E esclarece: -

"... porque, antes de mais nada, já fazem parte de uma instituição com conceitos e critérios definidos e com amplos e abertos que a legislação pertinente já lhes vem atendendo. O presente projeto, por conseguinte, não poderia conter qualquer dispositivo que se relacione a militar seja da ativa ou da reserva, mas sim a deve se relacionar ao ex-combatente na forma como foi definido."

Isto quer dizer, ao civil. Cria, Sr. Presidente, a Constituição Federal no Art. 178 diz:

"Ao ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e Marinha Mercante do Brasil, que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, são assegurados os seguintes direitos ..."

Parce-me que a Constituição, no seu Art. 178, não exclui ninguém que tenha, efetivamente, participado de operações bélicas, inclusive as operações aéreas, alças, alças, alças ou alças, os que ainda são militares e os que não são militares, inclusive os civis, porque tivemos muitos enfermeiros militares isentados. Foi julgado necessário empregar alguns do exército para dar isenção aquelas tropas que foram transportadas sem que autoridade moral possa excluir os companheiros militares que estão na ativa, eu que servi como militar e sou General de Divisão por causa disso? E o nosso companheiro, o eminente Senador Paulo Torres, hoje é General da reserva?

Como se pode, em uma lei, restringir o que a Constituição não restringiu? Como podemos permitir que a pretexto de regulamentar um artigo da Constituição, se restrinja o que a lei contém? Não posso compreender isto. E esta é a primeira restrição que faço ao parecer do eminente Relator, porque condiz a parte final do artigo 1º do projeto o que limita o ex-combatente, apó, os casos daqueles militares que tenham sido licenciados do serviço ativo e que estão, hoje, integrados na vida civil — considero este artigo 1º do projeto flagrantemente inconstitucional.

Por esta razão faço esta restrição e acrescento esta restrição ao parecer do eminente Relator, reservando-me para discutir outros aspectos quando V. Ex. conceder os destaques que requerir e outros que vou requerer.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Com o devido respeito a tese e a concepção que o eminente Senador Oscar Passos defende, em relação ao projeto, não são minhas. Desejo esclarecer o que efetivamente estabeleceu o Art. 178 da Constituição Federal, e próximos a isso, atenção possível para a leitura que vou fazer:

Pela leitura parece claro que a concessão é dada para aqueles que, no momento, não estão integrados em nenhuma organização militar porque calvo com relação à promoção após intervenção, se houve vaga, todos os casos relacionados no art. 178 da Constituição se referem aqueles que, casualmente, deixaram de pertencer à vida militar.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Admitindo que o raciocínio de Vossa Excelência esteja certo com relação aos itens "a", "b", "c" e "d", cria assim V. Ex. deve concordar que o projeto restringe aos funcionários o direito de promoção. Não entendemos que esse artigo da Constituição não restringe esse direito apenas aos funcionários. O que se diz

é que os funcionários que ainda não têm o direito o terão, mas não se evita que os militares que participaram da guerra sejam considerados ex-combatentes. V. Ex.^a, no seu parecer, acompanhando essa doutrina, nega aos militares a promoção. Aqui não se dá o benefício a quem é funcionário ou não, mas a todos que participaram efetivamente de operações de guerra. Isto não está sendo feito.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Devo dizer que disposição vigente não nos dá mais direito de promoção que não o constantes desse artigo. Temos o direito de passar à reserva com a promoção.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Esse dispositivo não pode ficar vigente porquanto a Constituição assegura a promoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Continua em discussão a matéria.

O SR. VICENTE AUGUSTO — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jamil Amiden) — Tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Augusto.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — A Constituição estabelece que a nomeação para cargo público exige aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Esse dispositivo legal é extensivo ao Legislativo e ao Judiciário. Também abrange aos Estados, Municípios e Territórios.

Ora, quer-nos parecer que não se justifica a inclusão, no Projeto, do art. 4º, segundo o qual não serão abertos concursos públicos sem que o Departamento Administrativo verifique se, algum ex-combatente requereu o seu aproveitamento para ocupar o cargo vago.

Ora, Sr. Presidente, como é que esse departamento que controla apenas os serviços públicos, pode proibir que se façam concursos nos Estados? Os ex-combatentes estaduais e municipais têm também direito.

Então, além disso, quer-nos parecer que se alguém requereu, deve ser atendido antes da abertura do concurso.

O SR. DEPUTADO FEU ROSA — Permite V. Ex.^a? (Assentimento do orador) — Acho, nobre Deputado, que se não houver este artigo, esta lei ficará inócuca, como têm sido quase que inúteis quase todas as leis que visa beneficiar ex-combatentes. Eu mesmo tenho visto dezenas e dezenas de ex-combatentes que estão peticionando, requerendo seus direitos. No entanto, os concursos são abertos, nomeações de extranumerários, diaristas, contratados são feitas a manheiras, e não há meio desses homens exercerem seu direito.

Peço, portanto, licença para discordar de V. Ex.^a. Acho que esse artigo é o único que possibilitará a essa lei tornar-se efetiva, posta em prática. Se não, continuaremos do mesmo jeito de antes. É uma opinião pessoal, e lamento até precisar expô-la.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Mas o nobre colega há de saber: de acordo com a Constituição, não há mais extranumerário.

O SR. DEPUTADO FEU ROSA — E não há mais interinos, mas se nomeia o tempo todo!

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Não há mais interinos, nem extranumerários. Há apenas nomeação mediante concurso.

O que a Constituição estabelece, repetito, é que não há mais extranumerários, não há mais nomeações de interinos. Agora só pode haver nomeação em caráter efetivo, mediante concurso. Se a Constituição já assegura ao ex-combatente sua nomeação, independentemente de concurso,

não é preciso que se proíba a realização de concurso, pois basta o Governo mandar o Departamento Administrativo do Pessoal Civil fazer a nomeação de todos os expedientes, se houver vagas. Este um dos aspectos.

O SR. SENADOR AARÃO STEINBRUCH (Presidente) — Solicitaria ao nobre Deputado concluir as considerações.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Queremos tratar-se V. Ex.^a nos permite — outro aspecto do projeto.

A Constituição, no art. 177, § 1º, diz:

“O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria, nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, aposentará-se com os direitos e vantagens previstos nessa legislação”.

Realmente existe a Lei nº 3.906, de 19.6.61, segundo a qual (art. 7º) “os funcionários e empregados a que se refere o art. 1º poderão requerer aposentadoria se contarem os 25 anos”.

Na verdade, o parecer ressalva, mas adiante há uma disposição que não parece estar em conflito com a ressalva feita no artigo anterior.

Art. 7º:

“Somente será aposentado aos 25 anos de serviço, voluntariamente, o servidor que prover os requisitos do art. 1º desta Lei”.

Ora, o art. 1º exige uma série de requisitos.

No § 2º: “Além dos fornecidos pelo Ministério etc.”.

O que achávamos, aí, era que devia ser ressalvado, o art. 177, § 2º da Constituição, de acordo com a legislação vigente — Lei nº 3.906, de junho de 1961.

Dentro de um ano, portanto, porque a Constituição diz que “será aposentado de acordo com a legislação vigente à data da Constituição”.

Mas as exigências feitas na regulamentação só poderão ser cumpridas a partir de certo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Com a palavra o nobre Relator, para responder ao nobre Deputado Vicente Augusto.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Deveríamos conformar-nos com o artigo referente à estabilidade, que é o 2º, que caracteriza, exatamente, o direito à estabilidade daqueles que já são funcionários.

No dia de hoje, há funcionários da União, dos Estados e dos Municípios. Esses ficam com a estabilidade garantida, que a Constituição lhes deu. Com referência, porém, ao que foi colocado sob a parte relativa ao aproveitamento pelo DASP — art. 4º — que o nobre Deputado considera seria difícil ou não deveria haver tal artigo — a idéia não tem nenhuma restrição, nem relativamente à estabilidade. Não se dá um encargo aos municípios, porque é a União que está trazendo para si esse encargo.

Os requerimentos são levados ao DASP, naturalmente vão examinar onde há vaga e aqueles que ainda não foram aproveitados, antes da abertura de concurso público, serão colocados. Não vejo qualquer problema quanto à estabilidade daqueles que já são funcionários. Não estamos levando o assunto ao Estado, nem aos Municípios.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — A Constituição diz que o disposto no Capítulo dos Funcionários Públicos se aplica aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal e aos Territórios. Daí a razão por que estamos fazendo este lembrete — entendemos que há, também, obrigatoriedade, no outro setor, não apenas no

federal, mas no estadual e no municipal.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Para o aproveitamento desses ex-combatentes?

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — É a regra que se aplica ao funcionário público, inclusive a parte de aposentadoria.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — O problema não é de funcionário público, é de aproveitamento.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Outro dispositivo da Constituição, o art. 177, dá o direito à aposentadoria, de acordo com a legislação vigente e em vários Estados. No meu, por exemplo, os funcionários estaduais que são ex-combatentes têm direito à aposentadoria aos 25 anos de serviços.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — A Constituição quando assegura, no art. 177, o direito a todos que estejam “amparados pela legislação vigente”, aproveitou o trabalho do nobre Deputado Jamil Amiden. Trata-se de um problema quanto ao aproveitamento.

O art. 7º do substitutivo diz expressamente:

“Somente será aposentado com 25 anos de serviço público, voluntariamente, o servidor público que provar os requisitos do art. 1º desta Lei”.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Acho que V. Ex.^a ressalvou bem através do § 2º do art. 1º, que diz:

“A prova de ter servido em Zona de Guerra não autoriza o gozo das vantagens previstas nesta Lei, ressalvado o preceituado no art. 177, § 1º da Constituição do Brasil de 1967 e o disposto no § 2º do art. 1º desta Lei”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Com a palavra o nobre Deputado Jamil Amiden. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Sr. Presidente, neste instante em que esta Comissão está examinando a Mensagem nº 5, devo confessar aos meus companheiros que me sinto tomado de uma felicidade e uma alegria imensa, e também de uma tristeza grandiosa, porque sou o autor do Art. 178, da Carta Magna, que foi o resultado da minha Emenda de nº 881, por ocasião da discussão da nossa Carta.

O próprio Consultor-Geral da República, Sr. Adroaldo Mesquita, ao encaminhar a Mensagem ao Congresso Nacional e examinando uma proposta das Forças Armadas, no Diário Oficial de 25 de julho, disse que esse foi o objetivo que nos revelou o Deputado Jamil Amiden.

Portanto, como autor dessa emenda, devo dizer o seguinte: concordo com a declaração do nobre Senador Oscar Passos, quando levantou a questão de ordem discordando do Art. 1º do projeto, que o Sr. Relator conserva e que separa o ex-combatente da ativa e o ex-combate da reserva.

Como autor da emenda de que resultou o Art. 178, em que está incluído a letra a, que promove o ex-combatente, devo dizer que minha intenção, como autor e exortando aquela lembrança dos companheiros que lutaram na guerra, foi a de promover os ex-combatentes sem qualquer distinção, da ativa ou da reserva. Esse era o meu pensamento.

E devo declarar ainda que lamento, profundamente, que nessa altura, depois da guerra — e ela já terminou há 24 anos — venha um Governo separar os ex-combatentes da ativa e da reserva. Por que então não o fez quando a guerra terminou? Por que não

fêz então esta separação, esta discriminação, que é inconstitucional?

Porque acredito que um projeto que visa e regulamentar um texto constitucional não pode realmente, anular este texto constitucional. Sou autor do Art. 178, e sinto tristeza neste momento, em verificar que os Governos anteriores e também este tomou posse há pouco tempo, deram a pior demonstração cívica ao Brasil. Esta Mensagem chega agora, vinte e quatro anos depois de terminada a guerra, e é uma confissão de que todos os Governos não trataram pateticamente os homens que fizeram a guerra. Esta Governos dão o mesmo exemplo à juventude. Um País, que confessa que quer exaltar, amparar os combatentes, quase vinte e quatro anos depois, que exemplo está dando à sua juventude? Nenhum. Esta a minha tristeza, porque no Congresso sou apenas um instrumento em nome de meus companheiros de guerra.

Aqui estou e quando, no decorrer do debate, vamos desatar várias emendas com referência à nomeação dos ex-combatentes, quero fazer prevalecer uma proposta no sentido de que as nomeações não devem ser feitas pelos Ministérios militares.

Recebi do ex-Comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, o seguinte ofício:

Este é o documento que quero consignar nos Anais desta reunião para que fiquem gravadas a minha tristeza e o meu pesar pelo fato de que, só depois de vinte e cinco anos, é que o País começa a tomar providências para nomear e dar assistência aos ex-combatentes quando, a esta altura, muitos já morreram de fome e de frio sem gozar daquela liberdade pela qual lutaram na Itália e a qual defenderam, com tanto patriotismo.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO DE CARVALHO (Relator) — Ouvimos com atenção as palavras do eminente Deputado Jamil Amiden, e quero demonstrar minha satisfação ao tomar conhecimento de que foi de S. Ex.^a a iniciativa de incluir na Constituição o Art. 178.

V. Ex.^a diz que não pode constar desta Lei a separação dos dois grupos: aqueles que são da ativa, os que eram integrantes das Forças do Exército simplesmente convocados. Ao cito, durante a guerra, aqueles que mesmo tempo, dia V. Ex.^a, que houve essa separação. Para esses combatentes que foram simplesmente convocados não há regulamentação. Foi proposta essa regulamentação por iniciativa de V. Ex.^a, para o aproveitamento desses que foram marginalizados, portanto aqueles da ativa têm, hoje, o direito à promoção. Eu mesmo, hoje, estou promovido a General de Divisão da Reserva por ter sido amparado, como outras companheiros o foram.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — A guerra terminou há 25 anos e o Governo ainda continua a separar elementos da ativa e da reserva. Não se pode fazer essa separação dos combatentes, dos que lutaram.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Por isso é que o Executivo nos propôs esta mensagem.

(Senador Aarão Steinbruch) — Com a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, verifiquei que todo o pingo da discordância está na regulamentação do art. 178 da Constituição de 1967 que diz respeito ao conceito de ex-combatente. Eu sou leigo mas creio que o artigo é de clareza meridiana e não podemos alterá-lo, sob qualquer pretexto.

São ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra.

ra e da Marinha Mercante aqueles que tenham participado de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, a quem são assegurados os seguintes direitos, etc. Muito bem. Logo, o voluntário que tenha participado, efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, quer na Força Expedicionária Brasileira, na Força Aérea, na Marinha de Guerra do Brasil e na Marinha Mercante, é ex-combatente. Então, como podemos alterar o artigo que é claro e expresso da Constituição?

Com uma regulamentação que é uma substituição?

Ora, num caso de militar, que haja sido licenciado do serviço ativo e, com isso, retornado à vida civil definitivamente. Quer dizer, ele só é ex-combatente quando retorna à vida civil. Tem alguma coisa que fere até a lógica.

Que não se lhe dê, aquele ex-combatente que continua servindo ativamente nas Forças Armadas, certa vantagem que se deseja dar ao civil, ao voluntário. Mas reconhecer o fato de que combateu efetivamente na Segunda Guerra Mundial de que, voltando da guerra e tendo deixado de combate, ele é "ex". Seria a lógica, o raciocínio e a razão. Para não ir à Constituição, que é de clareza meridiana.

Não devemos regulamentar um artigo da Constituição para alterar o sentido, o espírito e a letra, de modo nenhum!

Então, verifico que a luta, hoje, daqueles que defendem tal princípio, não é para que os militares que estão na ativa venham ter maiores vantagens do que aquelas mínimas que o art. 178 da atual Constituição concede. Mas, bricsamente, defendem um princípio: — "Nós somos ex-combatentes; somos ex-combatentes". E este conceito não pode ser alterado.

Ora, li e reli o art. 178 e suas letras. A única vantagem — a meu ver — que teria o militar, considerado ex-combatente, por tê-lo, sido, está na letra "e".

"promocão, após interstício legal e se houver vaga".

Não havendo vaga, mesmo existindo interstício legal, não será promovido. Isto nada tem a ver com a famosa Lei da Praia e quantas outras vantagens foram dadas, no passado, aos próprios militares, alguns dos quais têm declarado aqui que são, hoje marechais e até generais-de-divisão graças a terem pertencido à Força Expedicionária Brasileira e terem combatido diretamente — digamos assim — ou indiretamente, na frente de combate ou, então, aqui mesmo, no litoral, nas ilhas etc., em atitude de vigília.

O SR. SENADOR PAULO TORRES — Vários oficiais têm medalhas de acordo com o modo por que procederam na guerra. Nas comemorações da Semana da Pátria o oficial é obrigado a comparecer à formatura com as medalhas que conquistou. Se esta lei passar em que situação ficarão os militares que ainda estão na ativa? São obrigados a tirar as condecorações que ganharam com sangue, suor e lágrimas.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Não sei como nos rebelarmos, nós representantes do povo, egressos da vida militar, contra um artigo da Constituição — o que mais mobiliza, o que não vai encontrar oposição em qualquer parte do território nacional. O que aqui não se propõe dar é vantagens escandalosas a civis e militares. Os civis que terminaram a guerra em 48, provavelmente, com 28, 27 anos de idade, teriam ingresso com 23, 24 ou 25 anos serão aposentados agora com 40 anos de idade; eu, então, o sero aos 70 anos, compulsoriamente.

Agora, aos militares que não quiserem, e, com direito à promoção,

após o interstício legal, e se houver vaga não podemos negar a evidência. Portanto, Sr. Presidente, para não analisar esse outro ponto, uma vez que não há tempo, eu diria, quanto ao Art. 4º que é importante a questão não está na abertura de concurso — esta na nomeação.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Atualmente, o mais moço, na nomeação, tem 42 anos de idade!

O SENHOR SENADOR AURELIO VIANNA — O mais moço iria beneficiar-se.

Eu como civil e como brasileiro, louvo a atitude daqueles militares que, em representando o povo brasileiro e, em tendo sido particularmente beneficiados por lei anterior, defendem este princípio mínimo que a Constituição proporciona aqueles militares que ainda estão na ativa e têm direito a uma promoção, nestas condições! Se não houver vaga...

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Continua a discussão. (Pausa).

Mais ninguém desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Vamos passar à votação do projeto apresentado pelo relator, salvo os destaques.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — No art. 8º das instruções que disciplinam os trabalhos desta Comissão, temos:

"Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito da votação que se realizará em globo, as emendas serão divididas em três grupos: emendas com parecer favorável; emendas com subemendas e emendas com parecer contrário.

Ora, nos termos do artigo expresso, do nosso regimento, das nossas normas, não tendo sido apresentado substitutivo, indago a V. Exª: Como vamos votar? Deve ser aberto um prazo para os destaques, porque as emendas favoráveis poderão ser destacadas, algumas delas, para rejeição.

As emendas com subemendas poderão ser destacadas, algumas delas para rejeição, e as emendas com parecer contrário poderão ser destacadas, algumas delas para aprovação.

Pergunto V. Exª qual será o processo.

Vamos votar o parecer e o parecer conclui pela aprovação de algumas emendas, pela aprovação de outras através de subemendas e pela rejeição de outras mais.

Gostaria que V. Exª expusesse como votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — No nosso entendimento o Relator apresentou substitutivo, um parecer conclusivo, onde apontou algumas emendas, subemendas e rejeitou outras e concluiu:

"Em face do disposto opinou pela aprovação do projeto com a seguinte redação".

Portanto, houve outra redação e foi apresentado o substitutivo.

Então, vou submeter a votos o substitutivo, salvo destaques ou emendas porventura rejeitadas.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, V. Exª há de me permitir uma interrupção. (Assentimento do Sr. Presidente) O nobre Sr. Relator, antes de relatar seu parecer, converteu com vários mem-

bro da Comissão e, alertado, concluiu que não deveria apresentar substitutivo, tanto assim que não leu o que V. Exª está lendo agora. Quando ele chegou aí — e eu estava bem atenta — ele não leu esse texto e fez a conclusão. "Assim, o meu parecer é pela aprovação das emendas tais, tais, e pela rejeição de tais e tais emendas..." Isto porque ele sabe e agiu democraticamente, porque, pelas Normas, pelo Regimento Comum e pelo Regimento do Senado, quando é omisso, o que prevalece é o substitutivo aprovado e não pode mais haver destaques. Está, então, tudo rejeitado. Por isso, então, democraticamente aceitou a sugestão dos companheiros para que pudéssemos destacar quantas emendas houvesse aqui e examinássemos cada uma das proposições apresentadas. Talvez V. Exª não tivesse ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Foi apresentado um trabalho que concluiu pela apresentação de um projeto com outra redação. O próprio Relator informa que não apresentou nenhum outro projeto. Desta forma devo submeter à votação o Projeto do Executivo, depois as emendas apresentadas pelo Sr. Relator.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — "A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Encerrada a discussão proceder-se-á à votação que não terá encaminhamento. (Não estamos tratando do Regimento, são normas especiais, barreadas inclusive no Projeto de Resolução aprovado pelo Congresso Nacional que, no seu art. 8º, regula esta matéria)." Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em três grupos: emendas com parecer favorável, etc., etc.

Mas adiante diz: "Ultimada a votação daquelas emendas o Relator redigirá o parecer se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em globo".

Quer dizer, se nós não aceitarmos o parecer, na sua totalidade, se rejeitarmos algumas emendas que o parecer aprova e aprovamos algumas que o parecer rejeita. O Relator, para ordenar melhor os trabalhos, faz um substitutivo sem que lhe dê este nome. Este será votado em bloco e só serão admitidas emendas que visem a corrigir redação e suprir omissões. Aprovadas as emendas se, por omissão uma delas não constar do substitutivo não será mais admitida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Já que o Relator não apresentou substitutivo, se nós nos limitássemos a votar as emendas votaríamos emendas sem projeto nenhum. Assim sendo, teremos que por em votação primeiro o Projeto do Governo.

Vou suspender a sessão por dez minutos, para serem encaminhadas à Mesa as emendas destacadas pelos Srs. membros da Comissão.

(É suspensa a reunião por 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Reaberta a reunião, vamos submeter a votos o projeto.

Os Srs. membros da Comissão que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Vamos submeter a votos as emendas com parecer favorável, e o número 6 e 25.

Os Srs. membros da Comissão que aprovam as emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas.

Agora, serão votadas as emendas com parecer contrário.

Os Srs. membros da Comissão que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão rejeitadas.

Em votação as emendas substitutivas às emendas ns. 2, 7 e 17.

Os Srs. Membros da Comissão que aprovam as emendas substitutivas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas.

Em votação as emendas de autoria do Senhor Relator, de número 20 e 36.

Os Senhores membros da Comissão que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas.

Passaremos, agora, às emendas destacadas.

O primeiro destaque é para a Emenda nº 2, de autoria do nobre Deputado Jamil Amidén a qual foram apresentadas duas subemendas, que dão redação diferente à redação emenda. Vou, entretanto, dar preferência à Emenda nº 2.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Senhor Presidente, eu aprovo o acréscimo da palavra "torpedeiro", que não está no Projeto do Relator. Em 1942 navios da Marinha Mercante foram torpedeados pelos submarinos inimigos. Consegue-se "atacados por torpedeiro" e eu proponho "torpedeiro".

A legislação estava tão simples e a palavra "torpedeiro", para sempre ao ex-combatente.

Para evitar qualquer dúvida de interpretação futura, é a proposta que desejo fazer.

E outra sugestão é quanto ao artigo 3º, para acrescentar-se: "os tripulantes de navia mercante que, por ordem do Estado Maior da Armada, foram enviados sem combate".

Corre que navios foram sem combate, e foram inclusive atacados pela aviação alemã. Sem combate. Esse pessoal não tem o mínimo impar.

A História registra navios nessas condições. O *Taubaté* foi vítima da aviação inimiga, e não tinha combate, como ocorreu aliás com a maior parte da frota da Marinha Mercante.

Essas as ressalvas que faço e submeto à apreciação do Senhor Relator.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Primeiro: com referência à expressão "torpedeiro", o termo ataque "tem maior intensão. Segundo: com referência a navio da Marinha Mercante que se tenha deslocado com autorização do Chefe do Estado Maior da Armada que ocorreu é que muitos deles, não acreditando mesmo na guerra, pediam para levar sua mercadoria, não sendo isso considerado como operação bélica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Os que estiverem de acordo com o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. (Pausa)

Há duas subemendas à Emenda nº 2. Uma do Senhor Senador Júlio Leite, do seguinte teor:

"Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Considera-se ex-combatente, para efeito da aplicação do artigo 178 da Constituição, todo aquele que tenha participado efetivamente de operação bélica na Segunda Guerra Mundial como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Civil Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e que, no caso de militar, tenha sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil, definitivamente.

Trata-se de princípio de justiça incluir a aeronáutica civil brasileira. Parece-me que a emenda visa a incluir, entre as categorias, a aeronáutica civil.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Com a palavra V. Exª.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — Por ocasião do torpedeamento que se verificou nas costas de Sergipe, houve várias operações naquela zona. Vou ler os officios recebidos naquella ocasião.

(Officios de agradecimentos por serviços prestados por ocasião do torpedeamento do navio:

— do Capitão dos Portos de Sergipe (2)

— do Interventor federal Maynard Gomes

— da Diretoria da Aeronautica Civil

— do Cônsul da Inglaterra na Bahia

Só estes officios, Sr. Presidente, nenhuma palavra a mais além destes documentos.

O Sr. Senador Oscar Passos —...

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, a aprovação desta subemenda, com o texto que aí está contido, prejudica a Emenda de nº 3, de minha autoria, para a qual requeri destaque.

A subemenda do nobre Senador Julio Leite mantém o texto do Art. 1º constante do projeto, acrescentando a referência aos aeronautas civis. Ora a minha emenda suprime a parte final do Art. 1º.

Pergunto a V. Exa. a aprovação desta subemenda não prejudica a minha emenda?

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Não. Não prejudica porque a Comissão apreciará a emenda de V. Exa., que é emenda supressiva.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — O Relator é pela rejeição do destaque porque entende que houve, efetivamente, uma mobilização geral do povo com referência ao que se passava no País. Esta ação se relaciona tão somente com a cooperação civil de salvamento e não como ação que possa ser caracterizada como operação bélica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Vou submeter a votação a subemenda do nobre Senador Julio Leite. (Pausa.)

subemenda do nobre Senador Julio Leite. (Pausa.)

A subemenda foi rejeita por dez votos contra cinco.

Há outra subemenda do Sr. Senador Oscar Passos, sobre o mesmo artigo, que tem a seguinte redação:

Dá-se ao art. 1º § 2º alínea b a seguinte redação:

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Sr. Presidente, queria expender, benefício desta subemenda, os argumentos que apresentei aquela oferecida pelo Sr. Senador Julio Leite. A minha emenda difere da de Sua Excelência porque faço referência aos portadores da Medalha do Atlântico Sul, aqueles que participaram de operações nessa área, que o nobre Relator denominou colaboração civil. Mas ficaram juízes a medalha de campanha e, assim, parece-me que presaram mais que uma colaboração.

Assim, minha emenda tem uma outra justificativa, porque dá as vantagens dessa lei aqueles portadores da Medalha de Campanha — e não medalha de cooperação civil — do Atlântico Sul.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — O Relator é pela rejeição do destaque, uma vez que o art. 1º caracteriza o "inter" ante da Força Aérea Brasileira. Quando se refere a Marinha Mercante só, coloca a seguinte expressão: "... quando atacado pelo inimigo".

O caso se relaciona com uma vigilância espontânea e, por essa atuação, receberam uma recompensa que foi exatamente a Medalha de Campanha do Atlântico Sul.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Os que são fa-

voráveis ao voto do Relator, queiram levantar o braço. (Pausa.)

(Dez votos.)

Queira levantar o braço os que são favoráveis a subemenda do Sr. Senador Oscar Passos. (Pausa.) Oito votos. Venceu o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — Sr. Presidente, as atitudes de um cidadão não valem definitivamente pelas características de que possam revestir-se. Mas valem por si mesmas, valera pela colaboração, pelo sentido patriótico de que se revestem. Tenho para mim que, em matéria desta natureza, não se deveria votar politicamente, mas sim dentro daquilo com que se faz justiça para que, em outra oportunidade, os práticos civis em pequenos tecotecos, paulistinhas queiram ainda penetrar mar a dentro para prestar serviços à Pátria.

Lamento profundamente a decisão da Comissão. Vem criar um desestímulo ao pessoal civil quando deseja prestar colaboração ao País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — V. Exa. poderia fazer declaração de voto. Reabrimos a questão seria contra o Regimento. Não é possível atender Vossa Excelência, em razão da votação já ter sido ultimada.

Subemenda do Deputado Vicente Augusto à Emenda nº 1º

Ao art. 4º, dá-se a seguinte redação:

"Os concursados somente poderão ser nomeados (Constituição, art. 95, § 1º) se não houver ex-combatentes em condições de exercer o cargo público (art. 178, letra "b" da Constituição)".

Com a palavra o autor da subemenda.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Sr. Presidente, o art. 4º do projeto determina que não serão abertos concursos enquanto o DAPC verificar que há requerimento de ex-combatentes. Como nós sabemos, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil controla apenas o pessoal do Executivo. Acontece que o Senado Federal tem um quadro, a Câmara dos Deputados também tem um quadro, o Tribunal de Contas tem um quadro, os tribunais judiciais têm um quadro — e a restrição é feita, exclusivamente ao pessoal do Executivo.

Então, não se justifica não se faça concurso para preenchimento de cargos, mesmo porque o concurso geralmente tem prazo de validade de dois anos. Assim, propomos na subemenda que o art. 4º tenha a redação:

"Não serão nomeados os concursados enquanto houver ex-combatentes em condição de preencher os cargos".

Atende melhor. Editais têm de ser expedidos para os concursos, com prazo limitado, etc. realizados os concursos, com prazo limitado etc., realizados os concursos, classificados os concursados estes só serão nomeados se não houver ex-combatente em condição de serem nomeados. Abrange a subemenda não apenas o pessoal do Executivo, mas os quadros de todo o funcionalismo civil. A emenda fica no pessoal dos Ministérios. Entendemos que a subemenda atende melhor aos interesses dos ex-combatentes.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Pela rejeição.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, estou, em princípio, com a subemenda. Acho, apenas que deveria conter aquela expressão do art. 4º do Projeto: "se há ex-combatentes que tenham requerido o seu aproveitamento e que possam ocupar os cargos iniciais".

Não havendo concursado sim, mas havendo concursado... Como está, aqui realmente, há impedimento para a realização de concurso. Num País

imenso com o nosso! Mas ninguém será nomeado sem que se verifique isto: "se há ex-combatentes que tenham requerido o seu aproveitamento" — e é fácil de se verificar... Não há essa cláusula.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Se houver ex-combatente...

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Como se vai saber? Só se houver pesquisa, se se pedir informações.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Se concordarem eu poderia fazer a inclusão.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Fico fazendo, com emenda mesmo de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o Sr. Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, meus eminentes companheiros, ao que me parece, a emenda suscitada e discutida nesta hora, tem um aspecto de certa gravidade que eu lembro aqui, principalmente aos juristas da Casa: não sei até que ponto, não me recordo, a Constituição Federal assegura a preferência aos ex-combatentes, mas se não estou enganado, não há exceção no tratamento comum que a Constituição estabelece com relação a todos os brasileiros. Há uma igualdade de condições, de modo que hoje há um dispositivo expresso no sentido de só permitir o ingresso no serviço público aos concursados.

Pergunto eu, ao ex-combatente que não é concursado pode ter preferência sobre o concursado que...

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — A Constituição, no art. 178, diz que o ex-combatente poderá ser aproveitado sem a exigência de concurso.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Retiro, então, a objeção, Sr. Presidente, era apenas para esclarecimento meu que desafiava uma explicação para o assunto.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Pela redação proposta pretende-se fazer com que haja aproveitamento também nos outros Poderes não só no Executivo, como no Legislativo e no Judiciário, que pertencem à União. No entanto...

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Permita-me V. Exa., as Constituições Estaduais já regulamentaram, cada qual, o assunto, todas elas.

Seria admissível ou razoável, na minha opinião, a sugestão apresentada pelo nobre Senador Aurélio Vianna. Se houver ex-combatente requerido e que tenha capacidade para exercer o cargo, será nomeado.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Os concursados somente poderão ser nomeados se não houver ex-combatente em condições de preencher o cargo.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Mas se V. Exa. quiser poderá acrescentar: Os concursados no Serviço Público Federal somente poderão ser nomeados, se não houver requerimento de ex-combatente capacitado para exercer o cargo.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Estamos discutindo a subemenda na forma que foi apresentada.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — Não tive essa preocupação de restringir o pessoal civil federal.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — O Relator continua no seu propósito de ser pela rejeição da emenda, porque considere que, no momento em que essa atribuição passar para todo mundo, ter-

mina não se realizando o que se deseja fazer. É como está expresso no Art. 4º do projeto, que acabamos de discutir.

O SR. DEPUTADO VICENTE AUGUSTO — O que o projeto fez é atrair a realização de concurso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Vou submeter a votação a emenda e a subemenda formulada pelo nobre Deputado Vicente Augusto, que dá ao art. 4º do Art. 4º, que diz:

Subemenda à Emenda nº 2
Art. 4º Nenhuma nomeação será feita se houver ex-combatente que tenha requerido o seu aproveitamento no serviço público e estiver em condições de exercer o cargo inicial da carreira para cujo preenchimento foi realizado concurso.

Parágrafo único. Aberto o concurso e durante o prazo estabelecido para a inscrição dos candidatos, os ex-combatentes deverão requerer o seu aproveitamento para efeito do disposto neste artigo.

Então, a emenda sugerida diz que só serão nomeados os concursados se não houver ex-combatente em condições de preencherem cargo público.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO (Pela ordem) — Sr. Presidente, com relação a essa emenda há um problema que penso seja grave. É que a Câmara dos Deputados não tem um funcionário sequer que tenha sido nomeado sem concurso. Isso, por conseguinte, iria abrir uma exceção. Estou falando como político, porque num organismo que até hoje se tem mantido absolutamente isento de qualquer nomeação sem concurso isso iria criar um precedente perigoso. Lembrei modo amanhã, por exemplo, poderia acontecer que outras leis surgissem beneficiando esta ou aquela classe, fazendo com que caísse por terra a maior glória que a Câmara dos Deputados possui, que é essa de só ter funcionários concursados.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Quero dizer a V. Exa., nobre Deputado, que no Senado vários deles foram nomeados e que são os melhores funcionários que possuímos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — O que acontece é que o Poder Executivo abre concurso e tem condições para absorver todo esse número de expedicionários. Por que então não resolvemos — esta a minha pergunta — esse problema excluindo um órgão que sofre o maior impacto político? Faço apenas esta observação que deve ser registrada como resguardo de uma das coisas que nos faz mais orgulhosos — dentro da Câmara dos Deputados não há nenhum funcionário nomeado sem concurso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Segundo as normas regulamentares só podem encaminhar a votação o autor da emenda ou do destaque um representante de cada Partido com assento no Congresso e depois o Relator.

Em votação a subemenda do Sr. Deputado Vicente Augusto.

Procede-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Aprovaram a emenda 13 Srs. membros da Comissão; rejeitaram-na, 8 Srs. membros da Comissão.

A emenda está aprovada. Ainda há pouco, Sr. Presidente, o eminente Relator, ao dar parecer contrário à extensão dessas vantagens aos pilotos civis, argumentou que eles não eram integrantes da Força Expedicionária. Mas militares que participaram de operações béli-

cas foram participantes. Apelo portanto para a coerência do Relator.

Apelo, portanto, para a coerência do ilustre Relator, para que dê parecer favorável à minha emenda, ainda porque, como já disse, o final do art. 1º do projeto é evidentemente inconstitucional.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Sr. Presidente, o relator é pela rejeição do destaque pelas razões já suficientemente debatidas no parecer. E mais: porque há também artigo especial na Constituição, referente às Forças Armadas:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei." (Art. 92).

Este artigo, da forma como foi redigido, visa exatamente permanecer a instituição com suas bases, com seus princípios, porque as promoções nas Forças Armadas têm uma regulamentação própria — princípio de merecimento e princípio de antiguidade, sobretudo no caso de oficiais-generais, pois existe um alto comando que escolhe aqueles que estejam em melhores condições para poder integrar, para poder constituir aquele alto escalão de comando. Exatamente mantém o que a Constituição estabelece.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Compreendo o que V. Exª diz, mas não endosso. A argumentação de V. Exª e o fato de existir já na Constituição dispositivo especial para as Forças Armadas não excluem, de forma alguma, as vantagens que esse Artigo 178 dá, também ao ex-combatente. De forma alguma, exclui, nem autoriza que uma lei ordinária venha discriminar, dizer quem é ex-combatente e quem não é, quais os que têm direito a isso e quais os que não têm.

Compreendo a razão que V. Exª expõe, mas não temos culpa de a Constituição assim determinar e de o Presidente mandar para cá o anteprojeto que foi aprovado quase inteiramente. Não podemos é fugir ao que diz a Constituição. Isso quebraria a sistemática. Até certo ponto, aceito o que V. Exª expôs, mas não poderei fugir à evidência.

A atual Constituição não discrimina entre civis e militares que serviram na guerra. Todos são ex-combatentes e, portanto, não poderei, a pretexto de atender às razões que V. Exª expõe, discriminar aquilo que a Constituição não discrimina.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — A expressão do destaque mencionado coloca por terra toda essa regulamentação que visa, exclusivamente, pôr em evidência aquilo que se deseja para com aqueles homens que, até hoje, não tiveram aproveitamento.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — E, assim, V. Exª vai dar a uns e deixar de dar a outros!

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — V. Exª, como militar da reserva, sabe perfeitamente que todos nós, integrantes da Força da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, temos tido, desde que realizamos a guerra, vantagens e mais vantagens, vantagens com referência, exatamente aquilo que foi anteriormente estabelecido.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Não importa esse argumento: isso não invalida o que a Constituição diz. V. Exª quer analisar a vantagem que a Constituição está

dando. Não podemos sobrepor-nos aquilo que a Constituição diz.

Aliás, não é bem verdadeira a afirmação de V. Exª de que a pouco argumentarei, noutro destaque. Lamentavelmente, nem todos aqueles que participaram da guerra receberam, até hoje, as vantagens a que têm direito. E eu provarei isso.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — A Constituição é bem clara, eu já não falo na vantagem. Eu elimino esta palavra do meu dicionário para argumentar defendendo apenas um princípio, que é constitucional.

As vantagens, as grandes vantagens tiveram os militares, até a Constituição de 1967, e agora o que os militares pleiteiam é que sejam reconhecidos como ex-combatentes, porque as vantagens que eles vão obter com esse reconhecimento são mínimas.

Apenas isso, repito, para aclarar a nossa mente:

"promoção após interstício legal e se houver vaga".

Todas as outras vantagens são para os civis, a única vantagem é esta: promoção, após interstício legal, se houver vaga e se não houver vaga, não haverá promoção.

E são pouquíssimos os que se iriam prevaler dessa vantagem mínima, porque o que rege a matéria é o princípio constitucional.

Os ex-combatentes, estejam ou não nas fileiras, não podem deixar de ser ex-combatentes, porque a Constituição não discrimina.

Então, uma lei ordinária vai modificar um princípio constitucional? Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Passa-se a votação, que será nominal. (Procede-se à votação).

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Vou proclamar o resultado: 9 Srs. Congressistas aprovaram a emenda e 10 a rejeitaram.

A emenda foi rejeitada.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Sr. Presidente peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Sr. Presidente, sabia de antemão que a votação, nesta Comissão, é uma votação política, não é uma votação de consciência, o que lamento profundamente, pois votou-se politicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Foi pedido destaque para a Emenda nº 8 de autoria do Sr. Deputado Jamil Amiden.

Tem a palavra o autor da emenda.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Sr. Presidente, a Emenda nº 8, que apresentei, tem a seguinte redação:

O Sr. Relator aprovou indiretamente a nossa emenda no final da sua redação final quando diz o seguinte:

A ele apresentamos aqui uma emenda, que diz o seguinte:

O Sr. Relator aproveitou-se, com modificações ligeiras na sua redação final. Mas a Comissão deveria, antes, discutir a emenda. Fica sabendo o que se passa no Hospital Central do Exército, especialmente no Pavilhão Psiquiátrico, onde ficam alojados os ex-combatentes durante três ou quatro anos, até conseguirem reforma.

E a proposta que fazemos:

O SR. SENADOR NEY BRAGA — Por consciência, acompanhamos o voto do nobre colega. Eu estava para ir à Itália, o Exército não me permitiu que fosse. Pelas circunstâncias do momento, eu estava impossibilitado de ir.

A guerra deu a V. Exª muitas cicatrizes, mas eu, quando aqui, por ela também perdi minha esposa, não a podendo atender, por transferência. Não o tenho exposto aqui para não incorrer em demagogia, mas quero defender a classe, demonstrar a todos os companheiros a devoção que nutro pelos heróis da FEB, o reconhecimento que tenho pelo valor dessa gente. E nunca, nas funções públicas que exerci, deixei, em consciência, de votar a favor dos ex-combatentes.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Devo fazer um reparo. V. Exª falou em demagogia atingindo-me diretamente. Mas quando aqui reclamo, não o faço em meu nome, e, sim, de meus companheiros. Quando falei, reclamei, protestei, propondo uma lei de amparo às viúvas de ex-combatente, não foi demagogia. Lamento que o nobre Senador não tenha participado da FEB, pois seria voto que ganharíamos hoje.

O SR. SENADOR NEY BRAGA — Não seria por este motivo.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Propomos, neste artigo, que o companheiro nosso, nomeado, que ao tomar posse for julgado incapaz pelo órgão de sua repartição, seja enviado ao Ministério militar, para ser reformado. O relator fez modificações.

Esta é a nossa palavra a respeito.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Pela rejeição do destaque, por duas razões. Primeira: como está redigido o destaque, há extensão de aproveitamento, porque diz:

"ao ex-combatente, já aproveitado, estende-se o direito de reforma."

É o art. 1º Segunda: o texto "a fim de que seja reformado" é um imperativo. Ou, há necessidade de o ex-combatente requerer ao Ministério a que estiver vinculado, mesmo que ele já tenha sido considerado incapaz para o serviço público, não obstante a necessidade de que seja re-inspecionado, pois o objetivo não é reforma, mas aproveitamento.

Pelas razões apresentadas, Sr. Presidente, o Relator é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Vou submeter a votos.

Os que estiverem de acordo com a emenda destacada, do nobre Deputado Jamil Amiden, levantem o braço. (Pausa.)

Cinco votos.

Os que forem contrários levantem o braço. (Pausa.)

Dez votos.

A emenda foi rejeitada.

De autoria, também, do nobre Deputado Jamil Amiden, destaque para a Emenda nº 12.

Com a palavra o nobre Deputado Jamil Amiden.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — O Relator a rejeitou. Diz que já se contém no texto.

Eu gostaria que V. Exª dissesse qual o texto.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — O art. 79 do Código Penal já estabelece quais as interdições.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Retiro a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Emenda nº 13, também de autoria do nobre Deputado Jamil Amiden.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — No seu parecer o nobre Relator disse que já existe legislação própria.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — A Emenda de V. Exª é substitutiva ao art. 7º e

seu parágrafo único. Por conseguinte, ela contém a expressão "servidor público civil e militar". Assunto já considerado pela votação anterior.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — Retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Emenda nº 14.

O SR. DEPUTADO ANACLETO CAMPANELLA — Sr. Presidente, solicito seja considerada, ao mesmo tempo, a Emenda nº 15, que trata do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Com a palavra, o nobre Senador Oscar Passos.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — A emenda par a qual requeri destaque tem a seguinte redação:

Então esses oficiais professores são considerados como oficiais da reserva mas, em verdade, estão no serviço ativo. Foi uma forma deficiente de incluir esses oficiais num quadro separado. Podia-se ter organizado o quadro do magistério militar e os oficiais da ativa de qualquer arma, passarem para lá e continuarem na ativa. Mas, por uma anomalia, para um oficial continuar a servir no magistério ele é transferido para a reserva. Na verdade, continua na ativa, pois está no magistério militar. Ele só se afasta do serviço ativo — invoco o testemunho dos meus companheiros militares que aqui estão — ele só se afasta quando é reformado.

Para todos nós, que servimos no Exército, a passagem para a inatividade se dá por uma lei, digamos especial, segundo um termo diferente daquele que regula a passagem à inatividade dos professores. Nós, do serviço ativo, vamos para a inatividade, passando para a reserva. Eles passam para a reserva, embora continuem no serviço ativo, quando são reformados é que se afastam.

Não se compreende que a estes professores militares seja negado o benefício concedido a professores militares que são civis, e que, portanto, não têm direito à aposentadoria aos vinte e cinco anos. É uma injustiça e uma discriminação inadmissível.

O SR. DEPUTADO ANACLETO CAMPANELLA — São apenas 16 ou 18 professores militares que não têm direito a aposentadoria aos vinte e cinco anos. Na guerra lutaram vinte e cinco mil brasileiros, dois mil militares da ativa e vinte e três mil civis. Desses, quatro mil são funcionários e dezenove mil são contribuintes da previdência social.

Quase todos estão amparados pelas várias leis e recebem aposentadoria aos vinte e cinco anos. Apenas esses dezessete ou dezoito professores militares não vão receber estes benefícios se não for aprovada a emenda do nobre Senador Oscar Passos.

O SR. DEPUTADO JOAO HERCULINO — Endosso as palavras do nobre Senador Oscar Passos. É uma grande oportunidade para esta Comissão votar fazendo justiça, mais uma vez.

Nós já conseguimos a aprovação de uma emenda justa, embora a sua origem. E agora, quando está em jogo a sorte desses 16 professores injustiçados até então, espero que nós possamos dar aqui aquele voto que nos orgulha e que nos enche de satisfação — o voto com que fazemos justiça. Simplesmente quero crer que, no caso desses 16 professores, que sofreram no campo de batalha, esta Comissão fará justiça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — O Relator, embora reconheça que há um direito, em face da situação de outros militares que o obtiveram, não obstante, verifica que já está prejudicado o

próprio destaque, em face do que foi votado quando do destaque apresentado pelo Sr. Senador Oscar Passos, que propôs a eliminação da frase final do art. 1º. Foi mudada a redação do art. 1º exatamente no ponto em que se elimina o militar e, por conseguinte, o professor, sendo militar, não poderia escapar.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — Perdoe-me a intervenção, mas quero aproveitar a oportunidade para dar um esclarecimento. A minha emenda ao Art. 1º, *data vênica*, não invalida nem elimina os militares das vantagens dessa lei, que são aquelas citadas no Art. 178 da Constituição Federal e que se referem à aposentadoria etc. Não se compreende que os professores militares não tenham as vantagens da aposentadoria aos vinte e cinco anos, quando muitos trabalhadores gozam desse privilégio.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — Estamos votando agora essa matéria, que ainda terá que ser refundida de acordo com a decisão da Comissão. O Relator fará a adaptação do Projeto.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Com permissão farei a leitura de como ficou o artigo 1º:

Ora, o nobre Senador Oscar Passos exatamente qualificou o professor do magistério militar como militar, embora da reserva, mas em função ativa. Portanto, se aprovarmos este destaque, iremos invalidar o que aqui se estabeleceu no art. 1º do substitutivo.

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — O que esta emenda está pedindo é apenas o direito à promoção, que todos já tiveram.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — Mesmo porque a situação do civil que exerce magistério em colégio militar não é bem definida.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Ele é militar. Está na Reserva, é militar. Não é civil.

O SR. DEPUTADO JOÃO HERCULINO — Então, não invalida a argumentação do Senador Oscar Passos.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — Invalida, com

referência ao que já foi votado: "e que, no caso de militar, haja sido licenciado".

O SR. SENADOR OSCAR PASSOS — As vantagens do art. 178 da Constituição foram eliminadas pela redação do art. 1º do substitutivo. Não estou pedindo outras vantagens.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — É a conclusão

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Vai-se proceder à votação.

Os que estiverem de acordo com as emendas nº 14, do Senador Oscar Passos, e o pedido de destaque para a nº 15, do nobre Anacleto Campanella, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas, contra 2 votos.

Passa-se ao destaque da emenda nº 20, do nobre Deputado Jamil Amiden. (Pausa.)

Retirada.

Emenda nº 21. Prejudicada.

Vamos passar à de nº 28.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — A de nº 28, Sr. Presidente,

foi aproveitada pelo Senador, num subemenda. É a referente ao Art. 3º. Aqui só há o Art. 2º, sobre incapacidade.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Relator) — A de nº 28 estende direitos independentemente de vaga.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Retirada — Emenda nº 29.

O SR. DEPUTADO JAMIL AMIDEN — O Sr. Relator citou no parecer, há lei específica sobre o assunto.

Retiro, portanto, o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Aarão Steinbruch) — Esgotada a votação da matéria, esta Presidência sente-se na obrigação de formular a expressão do seu mais profundo pesar pelo passamento do Dr. Isaac Brown, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal e agradece a colaboração emprestada pelos nobres membros da Comissão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.)

MESA

Presidente — Moura Andrade — 3º Secretário — Edmundo Levi —
(ARENA — SP) (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da 4º Secretário — Cattete Pinheiro —
Gama — (MDB — MG) (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- 1º Suplente — Atílio Fontana —
rinho — (ARENA — GB) (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — 2º Suplente — Guido Mondim —
(ARENA — RN) (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — 3º Suplente — Sebastião Archer —
(ARENA — MA) (MDB — MA)
4º Suplente — Raul Glubert —
(ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Lider — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Lider — Filinto Müller — (MT)

Lider — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senná — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilça — (RN)

Lino de Mattos — (SP)

Vasconcellos Torres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
Ney Braga
João Cleophas
Teotônio Vilela
Júlio Leite

Atílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

José Ermírio
Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petronio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

Vasconcellos Torres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
José Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Aarão Steinhilber
Aurélio Vianna
Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
Reuniões: quartas-feiras às 10 horas

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abraham

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petronio Portela
Eurico Rezende
Atílio Fontana

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

João Abraham
Aurélio Vianna
Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Adalberto Sena
Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mario Martins

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Junk Leite
Teotônio Vilela
Domício Gondim
Leandro Maciel

José Leite
João Cleophas
Dinarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

José Ermírio
Josaphat Marinho
João Abraham

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15:30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Mem de Sa
Alvaro Maia
Dinarte Filho
Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petronio Portela

MDB

Adalberto Sena
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

João Cleophas
Mem de Sa
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Vilça
Clodomir Milet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

Antônio Carlos
José Guilomard
Daniel Krieger
Petronio Portela
Atílio Fontana
Junk Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Celsa Ramos
Teotônio Vilela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

Ney Braga
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleophas

Júlio Leite
José Cand do
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-6.
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: Jose Candido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Avaro Maia
Jose Candido
Mello Braga
Julio Leite

SUPLENTE

Jose Guimard
Jose Leite
Lobao da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Arao Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mario Martins
Adalberto Sena

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Fêrças-feiras as quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Jose Feliciano
Mello Braga
Jose Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
Jose Ermirio

Arao Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, as quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Miliet
Julio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Jose Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurelio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras as dezesete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antonio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eunice Rezende

SUPLENTE

Jose Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Miliet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antonio Balbino
Aurelio Vianna
Arao Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras as 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Vilela
Antonio Carlos
Jose Feliciano
Lobao da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sa
Jose Leite
Jose Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras as 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Jose Candido
Arnon de Melo
Mem de Sa
Rui Palmeira

Avaro Maia
Fernando Correa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Jose Leite
Clodomir Miliet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Arao Steinbruch
Mario Martins

Pedro Ludovico
Aurelio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras as 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Correa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Julio Leite
Clodomir Miliet
Ney Braga
Jose Candido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Fêrças-feiras as 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
Jose Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
Jose Candido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Julio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, as 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A**TITULARES**

Vasconcelos Torres
 Carlos Lindenberg
 Arnon de Mello
 Paulo Torres
 José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
 Antonio Carlos
 Manoel Villaga
 Menezes Pimentel
 Celso Ramos

M D B

Arthur Virgílio
 Adalberto Sena
 Secretário J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Lino de Mattos
 Aarão Steinbruch

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Mattos

A R E N A**TITULARES**

José Leite
 Celso Ramos
 Arnon de Melo
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guimard
 Petronio Portela
 Domício Gondin
 Carlos Lindenberg

M D B

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Milet

A R E N A**TITULARES**

José Guimard
 Fernando Corrêa
 Clodomir Milet
 Alvaro Maia

SUPLENTE

Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Filinto Muller
 Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos